

País diz "não" à proibição da venda de armas

No referendo realizado ontem, 64% dos eleitores brasileiros disseram "não" à proibição do comércio de armas e 36% votaram "sim". A vitória do "não" se estendeu por todos os estados. Estatuto do Desarmamento ainda aguarda regulamentação.

PÁGINA 9

Renan propõe aumento dos gastos com segurança pública

PÁGINA 9

cidadania

Conheça as diferenças entre *light* e *diet*

Pesquisa mostra que apenas 8% dos entrevistados acertam o conceito de *diet* e ninguém o de *light*. Há também muitas dúvidas sobre os benefícios desses produtos.

PÁGINA 24



Irmãos Bruno e João Francisco Daniel contrapõem-se a Gilberto Carvalho (C) na CPI dos Bingos



CPI do Mensalão reúne Valdemar Costa Neto, Delúbio Soares e Marcos Valério

Dúvidas que envolvem o assassinato do prefeito de Santo André e o escândalo do "mensalão" motivam confronto

Acusadores e acusados ficam cara a cara

Semana das comissões parlamentares de inquérito deverá ser movimentada, com acareações e 12 depoimentos.

PÁGINA 3 A 8

Em busca de recursos para o meio ambiente

Diversos projetos em exame no Congresso visam aumentar os recursos destinados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. O mais recente, de Papaléo Paes, determina o repasse integral ao fundo das multas por infração ambiental.

PÁGINA 11

Governo negocia para resgatar benefícios da MP do Bem

PÁGINA 14

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

FRANGO

Medidas para conter o avanço da gripe

O risco de a gripe aviária (gripe do frango) chegar ao Brasil tem mobilizado especialistas em saúde pública e parlamentares como o senador Tião Viana. O governo anunciou medidas preventivas, como a compra de 9 milhões de doses do medicamento Tamifu e o estudo para a produção da vacina. Segundo Tião Viana, o Ministério da Saúde deve estar de prontidão.

PÁGINA 12



MARCOS BERGAMASCO

Cientistas advertem que é urgente a adoção de medidas para evitar a contaminação do frango brasileiro

gendagendaendagendaendagengendgendagendaendagendaendagendaendagendaendaagend

MPs polêmicas trancam a pauta

A pauta do Senado está trancada por um projeto de lei de conversão (PLV), duas medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei da Câmara (PLC). Enquanto esses itens não forem votados, o Plenário não pode apreciar outras proposições.

O primeiro desses itens é o PLV 25/05, originado a partir da MP 255/05 e das alterações que essa medida recebeu na Câmara dos Deputados. As lideranças das duas Casas do Congresso vêm negociando nos últimos dias a inclusão de parte do conteúdo da chamada MP do Bem nesse projeto. Ainda não se chegou a um acordo, mas o PLV pode ser votado nesta terça-feira.

Para aqueles que aderiram a planos de previdência complementar a partir de 1º de janeiro deste ano, o PLV 25/05 concede um prazo adicional (até 30 de dezembro de 2005) para escolher o regime tributário ao qual

serão submetidos: progressivo ou regressivo. O prazo anterior se encerrou em 1º de julho.

Mas, com as negociações, tenta-se ressuscitar a Medida Provisória 252/05 (a MP do Bem) por meio de emendas ao PLV 25/05. O prazo de vigência dessa MP expirou em 13 de outubro sem que a Câmara a votasse, fazendo com que perdesse sua eficácia.

A MP do Bem era um pacote de medidas econômicas que foi sendo ampliado durante sua tramitação no Congresso. Inicialmente, privilegiava iniciativas de desoneração tributária que visavam estimular as exportações, mas também passou a incluir desde a renegociação das dívidas de prefeituras com a Previdência Social até a correção da tabela de classificação do Simples.

Também trancam a pauta duas MPs que abrem créditos extraordinários para ministérios: a MP 256/05 destina um total de R\$

425,95 milhões para as pastas de Minas e Energia e de Transportes; já a MP 257/05 reserva R\$ 1,21 bilhão para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Por fim, a última matéria a trancar a pauta do Senado é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/05, que permite a exploração privada de florestas públicas. Essa proposta prevê a exploração sustentável das florestas por meio de concessões de até 40 anos.

Após ter sido aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), esse projeto teve a votação duas vezes adiada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual o relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), apresentou diversas alterações ao texto. Devido à falta de consenso, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chegou a defender a aprovação da matéria sem modificações, para evitar seu retorno à Câmara.

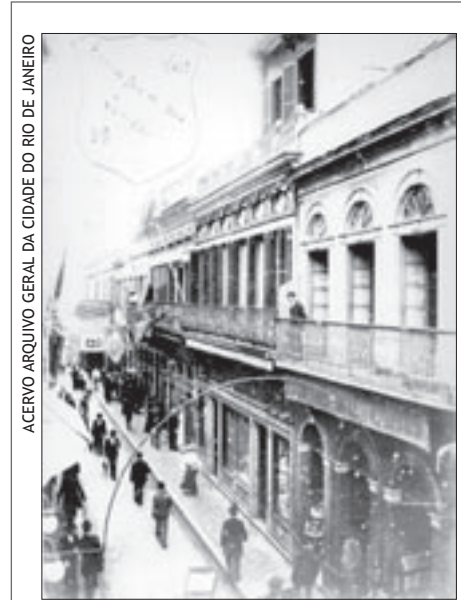
Benefícios da MP do Bem e exploração de florestas dividem Senado

com que perdesse sua eficácia.

A MP do Bem era um pacote de medidas econômicas que foi sendo ampliado durante sua tramitação no Congresso. Inicialmente, privilegiava

iniciativas de desoneração tributária que visavam estimular as exportações, mas também passou a incluir desde a renegociação das dívidas de prefeituras com a Previdência Social até a correção da tabela de classificação do Simples.

Também trancam a pauta duas MPs que abrem créditos extraordinários para ministérios: a MP 256/05 destina um total de R\$



ACERVO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ERRATA – Na edição da semana de 10 a 16 de outubro, este jornal omitiu o crédito da foto ao lado, que pertence ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, órgão da Secretaria Municipal das Culturas. A foto é da Rua do Ouvidor, tema do livro *Memórias da Rua do Ouvidor*, volume 41 das Edições do Senado Federal.



JANE ARAÚJO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) recebeu uma delegação japonesa formada pelo senador e vice-ministro da Economia, Comércio e Indústria, Sanzo Hosaka (*foto*), e pelo embaixador japonês no Brasil, Takahiko Horimura.

A visita integra os preparativos para a comemoração do centenário da imigração japonesa, que será celebrado em 2008.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – EDUCAÇÃO

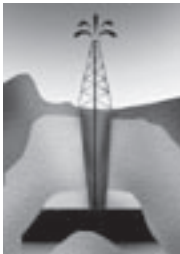
Educação profissional – O primeiro item é a proposta que autoriza a União a criar novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela administração federal (PLC 70/05). **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

Dados contábeis – Tramita projeto que admite que os livros de escrituração comercial e fiscal sejam conservados obrigatoriamente em meio eletrônico que não permita a regravação (PLS 9/05). Assim, estariam à disposição das autoridades de maneira mais fácil e mais duradoura. **Autor:** senador Edison Lobão (PFL-MA). **Relator:** senador Aelton Freitas (PL-MG).

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

10h – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Petróleo – O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, fala da gestão de petróleo e gás natural. Na última semana, a ANP realizou leilão para conceder direito de exploração a empresas privadas.



QUARTA-FEIRA

14h30 – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Febre aftosa – O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, comparece à comissão para falar do impacto e do controle do surto de febre aftosa que atinge os rebanhos de Mato Grosso do Sul.

QUINTA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Lacre – Projeto em tramitação (PLS 16/04) torna obrigatória a tampa plástica protetora nas latas de bebidas para consumo imediato, maneira de prevenir o contato da boca com qualquer contaminação na embalagem.

Autor: senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). **Relator:** senador Sérgio Guerra



Empréstimo – Tramita pedido de autorização para que o Brasil realize empréstimos internacionais de US\$ 502 milhões, para financiar investimentos em habitação.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

11h - Sessão especial

Os senadores destinam a sessão para homenagear a memória do papa João Paulo II, que faleceu no início deste ano. A iniciativa é do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

14h - Sessão deliberativa. Pauta trancada

MP do Bem - O primeiro item da pauta é o projeto de conversão originado da Medida Provisória 255/05, que amplia o prazo para que as pessoas escolham o regime de tributação dos planos de previdência complementar: o sistema regressivo ou a tabela de Imposto de Renda. Os senadores querem incluir nesse texto aspectos positivos da MP do Bem, que perdeu a validade antes de ser votada na Câmara dos Deputados. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Amir Lando (PMDB-RO).

Créditos para ministérios - Outras duas medidas provisórias em pauta - MPs 256 e 257/05 - concedem créditos suplementares aos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Gestão de florestas - Os senadores podem votar o novo modelo de gestão das florestas públicas (PLC 62/05). O texto, que tramita em regime de urgência constitucional, regulamenta a exploração florestal e cria o Fundo Nacional de Desen-

volvimento Florestal (FNDF) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Determina a divisão das florestas em três áreas: uma para reserva ecológica, outra para comunidades locais e outra para exploração econômica por empresas. **Autor:** Presidência da República.

Cargos públicos - Também tramita em regime de urgência o projeto que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais (PLC 55/05). **Autor:** Presidência da República.

discutidos os seguintes itens:

Servidores - Votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Municípios - O substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 12/04) que exclui os municípios criados até o fim do ano 2000 da aplicação da Emenda Constitucional 15 - que limita a criação de novas cidades. **Autor:** senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Meteorologia - Pode ser votada ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/03) que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Zona Franca - A proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04), que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira, também está na pauta para votação do Plenário, em primeiro turno. **Autor:** senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Segurança - O projeto que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04) também pode ser votado. **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).



QUARTA-FEIRA

Homenagem - A hora do expediente vai ser dedicada à memória do jornalista Vladimir Herzog, morto pelo regime militar.

Agenda em aberto - A pauta depende das votações anteriores.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende das votações anteriores. Se a agenda for liberada, podem ser

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CRISE POLÍTICA Marcos Valério estará frente a frente com Delúbio Soares e supostos beneficiários de caixa dois

Acareações movimentam a semana

A semana das CPIs em curso no Congresso deve ser bem movimentada, com destaque para as acareações. A CPI do Mensalão deve colocar frente a frente o empresário Marcos Valério; a diretora financeira de sua agência SMP&B, Simone Vasconcelos; o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares; e cinco supostos destinatários de dinheiro do "valerioduto" (página 6).

Na CPI dos Bingos, haverá acareação de João Francisco Daniel e Bruno Daniel, irmãos de Celso Daniel, assassinado quando era prefeito de Santo André (SP), com Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência da República (página 7).

Pela CPI dos Correios, o deputado Gustavo Fruet e a senadora Ideli Salvatti vão a Nova York para reivindicar o acesso dos parlamentares à quebra do sigilo de conta do publicitário Duda Mendonça no exterior. Tal conta deve identificar o caminho percorrido pelo dinheiro que o publicitário

baiano recebeu de Marcos Valério como pagamento de dívidas eleitorais (veja abaixo).

A viagem foi decidida por causa de acordo firmado entre a promotoria distrital de Nova York e o Ministério da Justiça do Brasil, na última semana, que limitou ao ministério e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acesso aos dados, excluindo as comissões parlamentares de inquérito. A medida foi adotada com o objetivo de evitar o vazamento de informações para a imprensa.

A agenda das comissões de inquérito prevê ainda a coleta de 12 depoimentos. O deputado Ronivon Santiago, acusado de venda de voto na aprovação da emenda que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, fala à CPI do Mensalão; e o ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos, preso por venda de sentenças judiciais, deverá reiterar acusações contra Gilberto Carvalho perante a CPI dos Bingos.



Agenda das CPIs inclui ainda 12 depoimentos e o confronto entre envolvidos no caso Celso Daniel

Agenda das CPIs

CPI dos Correios

TERÇA-FEIRA

11h Reunião administrativa

Balanco dos trabalhos - Os sub-relatores devem fazer uma exposição sobre o andamento das investigações em cada área, inclusive com a previsão da divulgação de relatórios gerenciais. O titular da recém-criada Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), vai apresentar o seu plano de trabalho. Além disso, os parlamentares votam requerimentos com novas convocações e quebras de sigilo.

14h Sub-Relatoria de Contratos

Egydio Bianchi - Ex-presidente dos Correios, também tem contratos de sua gestão auditados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A CPI já ouviu os ex-presidentes Airton Dipp, João Henrique, Hassan Gebirim. Todos negaram o conhecimento de fraudes nos Correios.

Marcos Flora - Ex-assessor direto de Luiz Gushiken na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom). Encontrou-se diversas vezes com o empresário Marcos Valério, uma delas, inclusive, em Belo Horizonte. A CPI quer saber se houve interferência da Secom para que as agências de Valério ganhassem licitações na administração pública.

Paulo Kress Moreira - Dono da franquia dos Correios Anchieta, em São Paulo. Documento do Tribunal de Contas da União (TCU) aferiu que a estatal perdeu cerca de R\$ 10 milhões por conta

das franquias privadas, que passaram a operar as contas dos grandes clientes, como bancos e grandes empresas.

QUARTA-FEIRA

10h CPI dos Correios

Haroldo Filho e Alexandre de Athayde - Dois operadores do mercado financeiro. Athayde acusou Haroldo, conhecido como "Pororoca", de manipular recursos do fundo de pensão no exterior a serviço do caixa dois do PT. O depoimento dá continuidade à investigação do ramo do "valerioduto" no exterior.

QUINTA-FEIRA

11h Reunião administrativa

Requerimentos e definição de agenda

14h Sub-Relatoria de Contratos

Ernesto Duarte - Sócio da franquia dos Correios no Shopping Tamboré. Dá sequência à investigação de irregularidades na concessão de franquias e no prejuízo que elas teriam dado aos cofres públicos.

CPI do Mensalão

TERÇA-FEIRA

11h30 Depoimento dos ex-deputados Osmir Lima e Chicão Brígido, acusados de venderem seus votos em 1997 na aprovação da emenda que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

QUARTA-FEIRA

11h30 Depoimento do deputado Ronivon Santiago, também acusado de venda de voto.

QUINTA-FEIRA

10h Acareação entre o empresário Marcos Valério; a diretora financeira de sua agência SMP&B, Simone Vasconcelos; o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares; o ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL; o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas; o assessor do PP João Cláudio Genu; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; e o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos.

SEXTA-FEIRA

10h Depoimento de Roberto Costa Pinho, ex-assessor do ministro Gilberto Gil acusado de receber dinheiro de Marcos Valério

CPI dos Bingos

TERÇA-FEIRA

10h30 Depoimento do ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos. Ele revelou a existência de 42 gravações, no período de janeiro a março de 2002, que comprometeriam o chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho.

QUARTA-FEIRA

12h30 Acareação dos irmãos João Francisco e Bruno Daniel com Gilberto Carvalho. Os irmãos do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, afirmaram que Carvalho lhes teria contado sobre esquema de caixa dois na prefeitura.

QUINTA-FEIRA

10h30 Depoimentos do presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e dos ex-presidentes Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Emilio Carazzai, que teriam participado das renovações de contrato com a Gtech, questionadas pelo TCU.

Origem do dinheiro do "valerioduto" pode estar em depósitos no exterior

Ganha mais força na CPI dos Correios a idéia de que os milhões repassados pelo "valerioduto" foram compensados, de alguma forma, no exterior. A intensa movimentação financeira de contas do empresário no exterior e a falta de provas de que os empréstimos tomados por Marcos Valério no Banco Rural e no BMG seriam efetivamente pagos estão entre argumentos que reforçam a tese, explicou o sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). A contestação, pela Receita e pela Polícia Federal, de que os repasses eram dívidas do PT com o empresário, e as denúncias dos doleiros completam as suspeitas.

Por isso, disse Fruet, é fundamental que a CPI tenha acesso às quebras de sigilo das corretoras por onde te-



Gustavo Fruet

riam passado recursos das contas de Valério e Duda Mendonça, a Dusseldorf. O publicitário assumiu na CPI ter recebido pagamento de dívidas de campanha por meio de depósito em outros países. Os dados que os parlamentares vão buscar em Nova York, de acordo com Gustavo Fruet, referem-se à abertura da conta no exterior. A investigação poderá indicar se o publicitário recebeu com depósito no exterior pelo serviço a outros candidatos.

Desde a quebra do sigilo, o procurador de Nova York Adam Kaufmann foi reticente em remeter os dados aos parlamentares em função do vazamento de informações sigilosas e da utilização das quebras de sigilo pela CPI do Banestado, em que os dados abasteceram uma briga partidária.

Três parlamentares vão a Nova York buscar dados sobre Duda Mendonça

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) vão a Nova York nesta semana para reivindicar o acesso aos dados da conta de Duda Mendonça no exterior, a Dusseldorf, que identifica o caminho percorrido pelo dinheiro que o publicitário baiano

recebeu de Marcos Valério como pagamento de dívidas eleitorais.

A determinação foi adotada por causa de acordo assinado entre a promotoria distrital de Nova York e o Ministério da Justiça, na última semana, que limitou ao órgão do Executivo e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acesso aos dados, excluindo as comissões parlamentares de inquérito.



Ideli Salvatti

Para que a CPI conheça a documentação o mais rápido possível, os relatores e Delcídio, presidente da comissão, apelaram à embaixada dos Estados Unidos no Brasil, pedindo apoio em favor dos parlamentares na negociação com a Justiça de Nova York.

Os parlamentares devem conversar com o promotor novaiorquino Adam Kaufman, responsável pela liberação dos dados.

As informações sigilosas devem chegar em duas semanas ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, e o pedido da CPI à secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, que será enviado à promotoria novaiorquina, deve concluir a pendência.

CRISE POLÍTICA Depoimentos aceleram apuração da CPI dos Correios sobre caixa dois, remessas e contratos fraudados

"Valerioduto" teria começado com PSDB



O esquema de Marcos Valério de tomar empréstimos e repassá-los para o caixa dois de políticos também operou em 1998, na campanha do PSDB ao governo de Minas Gerais, que tinha como candidato à reeleição o então governador Eduardo Azeredo, hoje senador e presidente nacional do partido. A informação foi confirmada pelo ex-tesoureiro dos tucanos Cláudio Mourão, que, em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, admitiu ter recebido R\$ 12 milhões de Valério.

Mourão ressaltou que Azeredo soube da contabilidade paralela depois da derrota para Itamar Franco na eleição. O ex-tesoureiro contou ter procurado Azeredo, que se negou a quitar os débitos, motivo que o levou a romper com o tucano e a sair do PSDB. Além disso, entrou com ação de perdas e danos contra Azeredo no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo foi retirado em junho deste ano pelo próprio

Mourão.

O empréstimo tomado por Valério foi liquidado com o Banco Rural em 2003 por R\$ 2 milhões. À época, a dívida acumulada chegava a R\$ 14 milhões. Marcos Valério havia dito à CPI que não cobrou

a dívida na Justiça, como está fazendo com o PT, porque temia perder as contas de publicidade nos governos mineiro e federal.

Os parlamentares ainda não dispõem de informações para afirmar se Valério declarou a dívida à Receita. Os empréstimos repassados para os petistas só foram contabilizados depois da divulgação do escândalo.

Para petistas, todo partido tem caixa dois

É contraproducente investigar caixa dois em todas as campanhas realizadas no país, acreditam os parlamentares do PSDB. Eles sustentam ainda que



Segundo Mourão, dívida de R\$ 14 milhões com Valério foi saldada em 2003 por R\$ 2 milhões

Azeredo não ganhou as eleições, e que R\$ 12 milhões são pouco se comparados aos R\$ 55 milhões repassados por Valério a políticos indicados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) apontou que os contratos de Valério antecederam o mandato de Azeredo no governo mineiro.

Os petistas destacaram que o caixa dois não é exclusividade do PT. Reclamaram do fato de tacharem os repasses de Valério para o PT de "mensalão", mas não se questiona se os empréstimos tomados para os tucanos tenham ido mesmo para dívidas de campanhas.

Youssef repele ligações com Bônus-Banval

Em reunião a portas fechadas, o doleiro Alberto Youssef negou à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras dos Correios ter relações com políticos e com a corretora Bônus-Banval, que repassou recursos do "valerioduto" para o PP. Ele foi acusado pelo doleiro Toninho da Barcelona de estar entre o deputado José Janene (PP-PR) e o dono da Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado. Youssef confirmou ter amizade com Janene e Quadrado, mas negou relações comerciais.

Apesar das negativas, o doleiro confirmou as operações do Banco Rural no exterior por meio do Trade Link Bank, o que levou o relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), a pedir as quebras dos sigilos fiscal, telefônico e



Alberto Youssef colabora com a Polícia Federal, mas não deu detalhes sobre "valerioduto"

bancário do doleiro.

Youssef já foi investigado pela CPI do Banestado e pela operação Farol da Colina da Polícia Federal e, desde então, tem colaborado

com as investigações policiais. Segundo o deputado Silvio Torres (PSDB-SP), o doleiro admitiu ter movimentado cerca de US\$ 15 milhões por dia quando operava contas CC-5 por meio do Banestado. Além disso, Youssef teria afirmado que subornou diretores do banco para conseguir "facilidades" e citado operações do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf na Suíça.

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de Fontes Financeiras, reconheceu dificuldades para investigar o braço do "valerioduto" no exterior, porque quebras de sigilo dependem de acordos bilaterais. A investigação de corretoras pela Polícia Federal, disse Fruet, será um dos desdobramentos da CPI dos Correios.

Consórcio Alpha nega fraudes em licitações

Os empresários Hélio Rotemberg e Mauro Dutra, donos das empresas Positivo e Novadata, respectivamente, contestaram as auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) que apontaram superfaturamento nos contratos das empresas, que formavam o consórcio Alpha, para fornecimento de materiais e serviços aos Correios. O consórcio, informaram, vai entrar na Justiça contra a estatal.

Um reajuste de R\$ 16 milhões no contrato, disseram, se justificaria por conta da variação do dólar no período, e teve anuência de duas comissões formadas pelos Correios, mas foi negada por uma terceira, o que levou

a estatal a pagar apenas R\$ 5,5 milhões a mais.

No contrato para a aquisição de 3.753 microcomputadores, no valor total de R\$ 15,1 milhões, a CGU apontou morosidade na aplicação de multa de R\$ 27,7 mil a Novadata, por atrasos na manutenção das máquinas. A empresa ainda não foi cobrada.

O consórcio também foi contratado, emergencialmente, por dois meses, por R\$ 2 milhões, R\$ 400 mil a mais do que o valor cobrado pela empresa que venceu a licitação subsequente.

Questionado pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos, Rotemberg disse que a diferença é normal nesses casos, uma vez que

o prazo é curto. Para Cardozo, a versão dos empresários é consistente e só pode ser confrontada depois que o TCU concluir a auditoria sobre os contratos.

Empresário descarta sobrepreço em SC

Acusado pelo TCU de superfaturar a construção do Centro Operacional e Administrativo de Florianópolis em R\$ 6,4 milhões, o dono da empresa responsável pela obra, Paulo Nei Almeida, contestou a auditoria em depoimento à CPI dos Correios e descartou interferência política.

O Tribunal de Contas da União pediu provas de que os valores acertados na retomada do contrato não superam os de mercado.

Gebrim rebate acusações de fraudes nos Correios

Presidente dos Correios no governo Fernando Henrique Cardoso, Hassan Gebrim negou ter participação em qualquer irregularidade na estatal, mas assumiu que havia ilicitudes quando assumiu a estatal. Ele depôs à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios na última semana e negou as acusações divulgadas contra ele.

O depoimento do ex-presidente, na avaliação do deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos, se justifica porque "ele foi citado em depoimentos anteriores, seja nesta comissão, seja no Ministério Público".

O ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho acusou Gebrim de ter interesses em licitações e de concentrar os maiores contratos dos Correios.

Hassan esclareceu ainda que requisitou serviços a Mauro Castro Lucas de Souza, ex-presidente do Conselho de Políticas e Estratégias em Tecnologias da Informação dos Correios, por ser especialista na área de tecnologia de informação. Na época, Mauro trabalhava no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Mauro, depois de passar pelos Correios, foi trabalhar para uma prestadora de serviços contratada pela estatal, a Politec. Cardozo afirmou, ao final do depoimento, que pedirá à comissão a convocação de Mauro Castro.

O sub-relator lembrou ainda que não está esclarecido o pagamento feito por Marcos Valério ao ex-ministro das Comunicações de FHC, Pimenta da Veiga, no valor de R\$ 150 mil.

Godoy esteve na estatal no dia em que fraudes vieram a público

O ex-assessor do Departamento de Compras e Administração Fernando Godoy admitiu, em depoimento prestado à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, que foi indicado pelo PTB para o cargo, mas negou conhecer fraudes na estatal.

De acordo com a gravação que deu origem à crise, o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho admite que trabalhava "fechado", em nome do PTB, com Godoy e o ex-diretor Antonio Osório. A denúncia foi rejeitada por Godoy. Porém, ele foi evasivo ao explicar por que esteve na sede dos Correios dia 14 de maio, sábado, em que foi publicada a reportagem baseada na fita de vídeo em que Marinho aparece embolsando R\$ 3 mil.

Godoy disse que foi à sede dos Correios "para buscar objetos pessoais", mas os parlamentares suspeitam que ele tenha retirado

documentos comprometedores de lá. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), afirmou que não pôde esperar a segunda-feira por ser uma pessoa "ansiosa".

Ele teria recebido cópia da gravação do ex-diretor Antonio Osório pelo menos dez dias antes da divulgação na imprensa, mas não tomou providências. Parecer da Controladoria Geral da União conclui que Godoy "agiu de forma omissiva, ocultando irregularidades administrativas".

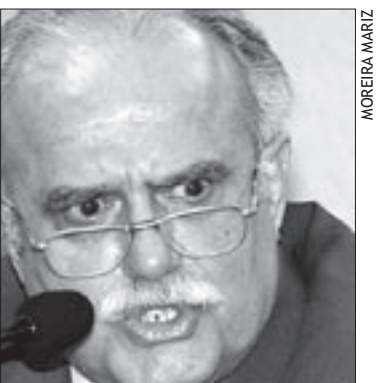
Godoy admitiu que teve acesso ao depoimento sigiloso de Marinho ao Ministério Público, mas não revelou quem lhe repassou o documento. Depois de ser ameaçado de prisão, o ex-assessor disse que se referia ao depoimento de Marinho à Polícia Federal, que foi público. Sub-relator de Contratos, José Eduardo Cardozo (PT-SP) anunciou que vai pedir a quebra do sigilo de Godoy.

Franquias aumentavam pontos de atendimento, diz ex-diretor

O ex-diretor comercial dos Correios Carlos Eduardo Fioravante negou que a estatal tenha perdido R\$ 10 milhões com a transferência de importantes clientes para as agências franqueadas, de propriedade particular, como apontou o Tribunal de Contas da União (TCU).

Em seu depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, Fioravante afirmou que as franquias fazem parte de uma estratégia comercial para aumentar os pontos de atendimento, sem que haja influência política na decisão. A rede franquizada, conforme o ex-diretor, teria levado a aumento de faturamento de 17% em sua gestão.

Filiado ao PMDB, Fioravante, que é segundo suplente do senador licenciado Hélio Costa e atual ministro das Comunicações, disse ter ocupado a diretoria comercial dos Correios, entre



Em vez de prejuízo, Fioravante apontou aumento de receita com as franquias em sua gestão

2004 e 2005, por indicação da bancada do PMDB na Câmara.

O ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho assegurou que Fioravante tinha conhecimento e atuava no esquema de fraudes em licitações para privilegiar empresas, de acordo com indicações e interesses políticos. Ele rechaçou todas as acusações feitas por Marinho.

CRISE POLÍTICA CPIs dos Correios e do Mensalão finalizam entendimentos com empresas de auditoria externa

Auditorias buscam fontes de dinheiro



Os integrantes da CPI dos Correios aprovaram na última quarta-feira, por voto simbólico, os

nomes das empresas que ficarão responsáveis pelas auditorias na documentação coletada pela comissão: a norte-americana Ernst & Young vai auxiliar a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, a cargo do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA); já o consórcio formado pela inglesa Moore Stephens e a brasileira Villas Rodil ajudará a Sub-Relatoria de Fontes Financeiras, sob a batuta do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). A CPI do Mensalão aprovou no dia anterior as mesmas três consultorias para auditar os documentos reunidos por ela.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse que a intenção era iniciar as auditorias já nesta semana. Com esse objetivo, prevê-se para esta segunda ou terça-feira uma reunião entre os auditores e o sub-relator da CPI do Mensalão, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para direcionar os trabalhos. Mas ficou para sexta-feira o acerto do orçamento com os valores para a contratação das empresas de auditoria. Delcídio afirmou que o processo de seleção das empresas de auditoria "foi longo, em razão de o conflito de interesses na área ser extremamente elevado". Além disso, o processo exigiu a preparação do material capaz de municiar o trabalho dos auditores. – Passamos quase duas semanas para buscar todas as informações a fim de que as empresas selecionadas tenham absoluta isenção – explicou Delcídio.



Delcídio Amaral (3º da E para a D) comanda reunião com o relator e os sub-relatores da CPI dos Correios: investigações avançam

Contratação de empresas foi motivo de polêmica

A idéia de convocar auditorias externas gerou polêmica nas CPIs. Uma das questões levantadas dizia respeito à necessidade ou não de licitação para contratar os serviços de empresas privadas. A Advocacia Geral do Senado – Casa encarregada de contratar as auditorias – explica que a legislação permite a contratação sem licitação quando se caracteriza “notória especialização dos serviços de auditoria financeira”. Ou seja, como as CPIs têm data marcada para concluir os inquéritos, seria necessário convocar ajuda externa para analisar dados específicos – como os dos investimentos feitos pelos fundos de pensão.

– Fomos respaldados por parecer da Assessoria Jurídica do Senado para realizar a contratação à luz da Lei de Licitações, mas possibilitando a contratação mais rápida – afirmou

Delcídio.

Houve ainda quem questionasse o risco de repassar dados oriundos de quebra de sigilo bancário para empresas privadas. Muitas discussões foram travadas dentro das comissões até que se chegasse a um consenso sobre que tipo de informação seria aberto às auditorias. Além disso, havia um problema legal: informações de quebra de sigilo são, como é evidente, sigilosas. Acontece que uma CPI tem poderes para constituir perito externo para analisar dados complexos.

E ainda, deverá ser firmada com as empresas uma cláusula de confidencialidade com punições rigorosas para o vazamento de informações.

Outro debate: alguns parlamentares e funcionários não viam necessidade de contratar empresas privadas.

Missão: analisar dados complexos e específicos

A idéia de convocar empresas de auditoria para ajudar as CPIs dos Correios e do Mensalão partiu da necessidade de auxílio aos técnicos públicos já embrenhados na papelada, como os do Tribunal de Contas da União, Banco Central, Secretaria de Previdência Complementar, Câmara e Senado. A missão do pessoal externo será principalmente agilizar a análise de dados relativos a temas complexos e específicos.

A empresa norte-americana Ernst & Young, por exemplo, deverá se debruçar sobre os documentos relacionados aos investimentos de fundos de pensão como Previ e Funcef em títulos por meio de corretoras de valores. No âmbito da CPI dos Correios, ela trabalhará em conjunto com a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão.

O papel da inglesa Moore Stephens e da brasileira Villas Rodil será dar apoio às sub-relatorias de Fontes Financeiras de ambas as CPIs. De acordo com o deputado Gustavo Fruet, sub-relator da CPI dos Correios, as duas auditorias passarão um pentefino nas contas conectadas ao esquema de corrupção.

– Descobrimos 79 contas de Marcos Valério, mas elas já foram quase totalmente auditadas. Mas ainda existem cerca de 320 contas relacionadas ao esquema, com sigilo quebrado, que precisam ser analisadas – diz Fruet.

Com a contratação da Moore Stephens e da Villas Rodil, as duas CPIs vão investigar as fontes externas do esquema Marcos Valério – diz o senador Rodolpho Tourinho, sub-relator da CPI do Mensalão.

Antiga cúpula petista acusada de sonegação

Mais de 71 pessoas citadas durante os trabalhos das CPIs estão sendo investigadas por sonegação fiscal pela Receita e pela Polícia Federal, que compararam a movimentação bancária com as declarações de Imposto de Renda. Já foram notificados o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-secretário-geral Silvio Pereira. O deputado José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil, deve ser avisado de que é objeto de ação fiscal nas próximas semanas. A informação foi dada pelos membros da CPI dos Correios que participaram de reunião reservada, na última quarta-feira, com o coordenador de Fiscalização da Receita Federal, Marcelo Fisch, e o delegado da Polícia Federal Luiz Flávio Zamprinha.

A lista dos investigados inclui o empresário Marcos Valério e a gerente financeira de sua agência, Simone Vasconcelos, o presidente do PL e ex-deputado Valdemar Costa Neto e outros parlamentares relacionados como beneficiários do “valerioduto”.

A reunião com a Receita e com a Polícia Federal, na avaliação do sub-relator de Fontes Financeiras, Gustavo Fruet (PSDB-PR), serviu para antecipar que a CPI dos Correios, independentemente do resultado, terá desdobramentos.

Promotores dos EUA repassam dados

A resistência da Procuradoria de Justiça de Nova York em re-



Ex-presidente do PT, José Genoíno foi notificado pela Receita Federal

passar os dados sigilosos sobre a conta do publicitário Duda Mendonça no exterior foi outro assunto tratado na reunião. A Procuradoria de Nova York, que está com essa documentação, tinha feito um acordo com o Ministério da Justiça, permitindo o acesso aos dados apenas ao próprio ministério e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Gustavo Fruet informou que o episódio já foi superado e que, diante de um pedido formal da CPI, os promotores nova-iorquinos vão repassar os dados para o Congresso.

Receita suspeita da versão de empréstimos ao PT

A ausência de dívidas do PT no material apreendido pela Polícia Federal em posse do contador de Marcos Valério levou a Receita Federal a concentrar as investigações de fraudes na contabilidade do empresário mineiro, de acordo com o deputado Gustavo Fruet.

Marcos Valério e Delúbio Soares afirmaram à CPI que os saques das contas de Valério para políticos faziam parte de um empréstimo concedido pelo empresário ao PT. Aceitar essa tese, na avaliação de Gustavo Fruet, é “legitimar a agiotagem no Brasil”.

– As agências de Valério não têm autorização do Banco Central para emprestar dinheiro para ninguém – afirmou.

Fruet lembrou ainda que

Valério só registrou a dívida com o PT na sua contabilidade depois do escândalo do “valerioduto” e que parte do material contábil em posse da CPI tem folhas soltas e desorganizadas, indicando possível alteração. Além disso, ressaltou, não há qualquer compromisso formal entre o PT e Marcos Valério que comprove a existência de empréstimos entre os dois.

Para o deputado, o dinheiro dos saques foi dado por Marcos Valério ao PT em troca de contratos vultosos com órgãos da administração pública. O empresário mineiro, no entanto, tem divulgado diversas notas à imprensa criticando a opinião do deputado e confirmando que emprestou dinheiro para o PT.

CRISE POLÍTICA Contradições entre operadores de caixa dois do PT serão expostas em acareação na CPI do Mensalão



Marcos Valério voltará a depor, agora em acareação com outros oito acusados de irregularidades

CPI põe Valério e Delúbio cara a cara



A CPI do Mensalão aprovou a participação do ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) Delúbio Soares na acareação marcada para esta quinta-feira com o empresário Marcos Valério e a diretora financeira de sua agência SMP&B, Simone Vasconcelos. A presença de Delúbio foi aprovada pelo fato de ter sido ele o autor das autorizações dos saques.

Devem participar também da acareação o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto; o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas; o assessor do PP João Cláudio Genu; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos; e José Luiz Alves,

assessor do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto. Em depoimentos à comissão, todos eles admitiram ter sacado dinheiro, mas em valores bem inferiores aos que constam da lista fornecida à CPI por Marcos Valério.

O relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), explicou que a comissão fará a acareação em rigorosa ordem, sem cair na tentação de oferecer espetáculo à opinião pública. Marcos Valério, Simone e Delúbio ficarão no plenário da comissão, diante de todos os parlamentares. As pessoas escolhidas para a confrontação virão, uma a uma, responder às perguntas, sem possibilidade de debate paralelo. Segundo Abi-Ackel, para o êxito da acareação, é da maior relevância que as testemunhas sejam mantidas incomunicáveis desde a sua chegada no Senado. Para o relator, a acareação poderá revelar

o fio condutor que pode levar a quantificar o montante real do dinheiro que passou pelas empresas de Valério, bem como suas origens.

Venda de votos na aprovação da reeleição

Nesta terça-feira, a CPI deve ouvir depoimentos dos ex-deputados Chicão Brígido e Osmir Lima, envolvidos em denúncias de venda de seus votos para aprovar a emenda constitucional que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Na quarta, será a vez do deputado Ronivon Santiago, também acusado de vender seu voto na votação da reeleição.

O depoimento de Roberto Costa Pinho, ex-assessor do ministro Gilberto Gil acusado de receber dinheiro de Marcos Valério, será realizado na sexta-feira. Todos os depoimentos deverão começar às 11h30.

Empresário envolve Dirceu; dirigente não

O empresário Marcos Valério depôs à CPI do Mensalão nos dias 9 e 11 de agosto. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares falou à comissão na semana seguinte. No geral, os depoimentos coincidiram. Delúbio corroborou declarações de Valério, que dissera ter obtido empréstimos com instituições bancárias para repassar ao PT.

Por outro lado, Valério disse à CPI ter certeza de que o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu sabia de empréstimo

feito ao PT (no total de R\$ 55 milhões). Ele ressaltou, várias vezes, que se sentiu usado por toda a cúpula do partido. O empresário afirmou que teve a vida destruída por Delúbio e Dirceu. Ele informou que vai entrar na Justiça para recuperar as contas publicitárias que o governo federal cancelou, uma vez que elas teriam sido conquistadas idoneamente, de acordo com a Lei de Licitações.

Já Delúbio eximiu Dirceu e o então presidente do PT, José

Genoino, de responsabilidade sobre os empréstimos intermediados por Valério. Ele disse que Dirceu sabia da origem dos recursos não contabilizados empregados na campanha eleitoral de 2002, mas que o ex-ministro não tratou mais de questões financeiras do partido depois de ter assumido a Casa Civil, em 2003. Segundo Delúbio, no entanto, os deputados com dívidas de campanha sabiam dos empréstimos feitos por Valério para o PT.

Polícia não encontra ex-assessor de Gil

Dois depoimentos agendados para a última semana na CPI do Mensalão tiveram que ser adiados porque os depoentes não compareceram. O ex-assessor do ministro Gilberto Gil Roberto Costa Pinho, acusado de ter recebido R\$ 450 mil das contas do empresário Marcos Valério, deveria depor na última quinta-feira, mas não foi localizado pela Polícia Federal.

Já o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) alegou razões médicas para adiar seu depoimento, previsto para quarta-feira passada. Ele foi acusado

de ter vendido seu voto em 1997 na aprovação da emenda que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), alertou em reunião administrativa que não vai mais aceitar desculpas de doença ou impossibilidade de comparecimento, após dois depoentes terem alegado problemas de saúde para não prestar depoimento. Ele garantiu que quem não vier quando convocado "será trazido sob vara".

Banqueiro nega que Citigroup teve vantagem

O presidente do Citigroup no Brasil, Gustavo Marin, negou à CPI do Mensalão que tenha obtido vantagem na venda, para os fundos de pensão, de ações da Brasil Telecom. Ele apresentou parecer da Fundação Getúlio Vargas que conclui favoravelmente à operação.

Entre as operações analisadas pela CPI está a compra de ações da Brasil Telecom pelos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), do Banco do Brasil (Previ) e da Petrobras (Petros). Essas instituições teriam adquirido, em março de 2005, um lote de ações com ágio de 319% sobre o preço negociado na Bolsa de Valores. Segundo informações apresentadas pelo relator da CPI, deputado Ibrahim

Abi-Ackel (PP-MG), as ações foram compradas do Citigroup por R\$ 1,3 bilhão, mas valeriam, no máximo, R\$ 350 milhões.

Segundo Marin, o ágio representa o que se chama de "preço put", pago quando a compra de ações significa o controle da empresa. Para o executivo, o acordo firmado "foi bom para todas as partes". Ele argumentou que as condições do contrato vão permitir que os fundos vendam as ações por um preço maior do que o preço mínimo do contrato. "Adicionalmente, o contrato deu aos fundos de pensão uma participação maior no prêmio de controle, que antes era de 80% e agora é de 100%", acrescentou.

Abi-Ackel entende que os contratos dos fundos de pensão com o Citigroup podem ser lesivos. - Nós estamos procurando saber se, com esse mecanismo, o Citigroup adquire empresas no Brasil por valor muito inferior àquele que teria que pagar. Sobre o motivo de o Citigroup ter rompido com o banco Opportunity, Marin explicou que, em 2003, teve início uma revisão nos acordos feitos pelo gestor da Brasil Telecom, que já respondia por mais de cem ações judiciais. O executivo informou ainda que o Citigroup move ação judicial em Nova York contra o Opportunity e seu proprietário, Daniel Dantas, que administrava a Brasil Telecom. No processo, Dantas é acusado de fraude na gestão e o Citigroup pede indenização de US\$ 300 milhões. Cópia da ação será entregue à CPI.

- Nós já verificamos que a separação do Citigroup da Brasil Telecom não se deve a razões políticas. Houve dissídios de natureza administrativa, que levaram Citigroup e Previ a afastar Daniel Dantas - analisou Abi-Ackel.

O procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli, disse ao vice-presidente da CPI, deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ), que os fundos de pensão poderiam ter sofrido prejuízo de até R\$ 2,3 bilhões se tivessem mantido o contrato com o Opportunity na Brasil Telecom. Segundo ele, nesse caso, os fundos não seriam indenizados pela queda no valor das ações. Spinelli entregou a Abi-Ackel cópia do contrato entre a Previ e o Citigroup.



Presidente do Citigroup no Brasil, Gustavo Marin (E) disse que o ágio de 319% nas ações se deve à mudança de controle acionário

Deputado propõe acareação de Opportunity e Citigroup

Logo após o depoimento do presidente do Citigroup no Brasil, Gustavo Marin, os deputados Luiz Couto (PT-PB) e José Carlos Araújo (PL-BA) pediram que o banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, volte a depor na CPI do Mensalão. Araújo sugeriu ainda que seja feita uma acareação entre Dantas e Marin.

Dantas prestou depoimento no mês passado, quando acusou o governo de manipular os fundos de pensão para tirar o Opportunity do controle decisório da Brasil

Telecom. Para isso, Previ, Funcef e Petros adquiriram, em março, um lote de ações do Citigroup, pagando ágio de 319% para adquirir o controle da empresa.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que requisitou cópia das correspondências entre o Opportunity e os fundos de pensão, pediu também que seja convocada para depor a ex-presidente da Brasil Telecom Carla Cico, que dirigiu a telefônica durante a fase em que era controlada pelo Opportunity.

CRISE POLÍTICA Acareação de quarta-feira entre Gilberto Carvalho e irmãos de prefeito assassinado gera polêmica

Garibaldi rebate críticas de Jaques Wagner

Relator da CPI dos Bingos, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) repudiou as declarações do ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, de que a comissão estaria fugindo do fato determinado que justificou sua criação e que, por isso, alguns setores do governo defendem uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a atuação do colegiado.

O ministro declarou que muitas pessoas dentro do governo, inclusive que militam na área do Direito, têm o entendimento de que as investigações sobre o caso Celso Daniel pela CPI dos Bingos extrapolariam o escopo de suas atribuições, uma vez que o Regimento Interno prevê que o trabalho das comissões deve obedecer ao "fato determinado" que originou a sua criação, assegurada por uma decisão do STF.

Para Garibaldi, há nessas considerações uma "premissa falsa", porque o STF não teria determinado a instalação da CPI para preservar a obediência ao Regimento Interno do Senado.

– Ao contrário, o STF decidiu que o direito constitucional das minorias não poderia ser frustrado por qualquer artifício. A questão era singelamente de observância da letra da Constituição – rebateu o relator, questionando ainda a pretensão do ministro de que o Judiciário indique o que o

Senado pode fazer ou não.

Entre as muitas frentes de investigação, o ministro disse ainda que não conseguia ver "uma linha de conexão do caso Santo André com a CPI dos Bingos", mostrando inconformismo com o fato de "um assunto de um município [ser trazido] para uma esfera federal na forma de CPI".

Em resposta, Garibaldi questionou "o porquê de o governo querer assumir a defesa de suspeitos de corrupção e até de homicídios".

– Não tem o governo legitimidade, nem jurídica, nem ética, para impedir o amplo poder de investigação do Congresso Nacional, especialmente em assuntos que não dizem respeito à sua atuação e nem às suas relações institucionais com os demais Poderes – expôs Garibaldi.

Para o senador, investigar o crime organizado é investigar o que não se conhece e por isso se inviabiliza a investigação se a ela forem postos freios, limites, "ou, como pretende o ministro Jaques Wagner, imunidade aos criminosos que atuaram nas prefeituras do PT ou não, de São Paulo, ou não".

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) declararam apoio ao relator, dizendo que Garibaldi emitiu a opinião oficial da comissão.

Garibaldi critica governo por assumir defesa de suspeitos de homicídios

impedir o amplo poder de investigação do Congresso Nacional, especialmente em assuntos que não dizem respeito à sua atuação e nem às suas relações institucionais com os demais Poderes – expôs Garibaldi.



Bornhausen: oposição pode pedir criação de CPI específica se investigações forem barradas



Tião Viana descarta manobras para impedir apurações, mas vê desvio de foco na comissão

Oposição ameaça com CPI sobre Celso Daniel



Enquanto os governistas se mobilizam para tentar impedir a acareação dos irmãos de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André (SP) assassinado em 2002, com o chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, prevista para esta quarta-feira, a oposição ameaça com a criação de uma nova comissão específica para apurar o assassinato.

O anúncio foi feito pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), segundo o qual a oposição pode reagir se o governo tentar impedir as investigações na CPI dos Bingos. O também senador pefelista José Agripino (RN) disse que a opinião pública não aceita que um caso como esse seja abafado.

– Essa tentativa de impedimento de acareação irá afrontar a opinião pública e a resposta virá à altura. O mundo virá abaixo, doa a quem doer – afirmou, fazendo referência a usual frase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, já disse que o governo poderá entrar com ação no Supremo Tribunal Federal

(STF) contestando as frentes de atuação da CPI dos Bingos.

Para José Agripino, no entanto, o STF não deverá interferir nas dissidências com relação às atividades da CPI. Ele lembra que, há poucas semanas, ocorreu a sétima morte ligada ao caso, a do médico-legista Carlos Printes, que, em laudo de autópsia no corpo de Celso Daniel, afirmou que o ex-prefeito teria sido torturado, descartando a tese de crime comum.

– Esse é um caso, sim, com conotação política, de extorsão de dinheiro público, que precisa ser apurado – completou Agripino.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) nega que haja um esforço para derrubar a acareação, mas admite apenas que governistas estejam "dialogando" com a oposição.

– É com sensatez que o governo tem agido na CPI, formada por maioria oposicionista. Para nós, é corrente que a CPI está se desviando de seu foco determinado – avaliou.

Com relação à possível ação no STF, Tião Viana observou que a decisão é de "foro íntimo" de Gilberto Carvalho.

– O governo tem tido a determinação de pedir as investigações e traduzir a acareação em medo não é correto – afirmou o senador, que

considera inadequada a presença de Carvalho na CPI.

A comissão também foi criticada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para quem a comissão de inquérito extrapola seu objetivo inicial. Ele repudiou a posição do senador Bornhausen, que insistiu em investigações "mais profundas" sobre o caso.

Rocha Mattos é esperado na terça

Os irmãos Daniel depuseram na CPI e afirmaram que Gilberto Carvalho lhes teria contado que levava para São Paulo o dinheiro arrecadado das empresas de transporte de Santo André em um esquema de caixa dois e o entregava nas mãos do então presidente nacional do PT, José Dirceu. O chefe de gabinete de Lula, que depôs em reunião reservada, negou a versão.

Nesta terça-feira a CPI ouviu o ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos, preso na operação Anacônda. Ele revelou a existência de 42 gravações, no período de janeiro a março de 2002, que comprometeriam Gilberto Carvalho, nas quais orientava pessoas sobre como agir e o que falar com relação ao crime.

Já na quinta-feira serão ouvidos o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e os ex-presidentes Emílio Carazzai, Danilo de Castro e Sérgio Cutolo.

Acareação de assessor de Lula com irmãos do ex-prefeito alimenta crise



Para Garibaldi, governo não tem legitimidade ética nem jurídica para impedir os amplos poderes de investigação do Congresso

Fayad admite ser apostador, mas não corruptor

Em um depoimento fraco – amparando-se na desculpa de ser um jogador compulsivo –, o empresário Nagib Fayad lançou suspeita sobre a atuação de mais um árbitro. Fayad está sendo investigado por comandar a manipulação de resultados de partidas do Campeonato Brasileiro e do Paulista em 2005.

Ao falar à CPI dos Bingos, Fayad disse que o ex-árbitro Edílson Pereira de Carvalho – que assumiu ter manipulado oito dos 11 jogos apitados por ele no Brasileiro – lhe telefonou na véspera do jogo Botafogo e Juventude com orientação para que apostasse no time carioca porque "era certeza que o juiz iria proteger o time do Rio". O jogo foi realizado no dia 11 de junho e dirigido pelo árbitro da Fifa Heber Roberto Lopes, que já negou qualquer envolvimento com a máfia do jogo e com o resultado de 3 a 2 para o Botafogo.

Fayad disse que Edílson o procurava para oferecer jogos e admitiu ter pago, no total, R\$ 30 mil por dois jogos do Brasileiro e um do Paulista. Na semana passada, o ex-árbitro foi banido do futebol pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

– Ele me ligou. Como sou fraco no jogo, vinha perdendo e estava desesperado, resolvi que ia fazer o resultado. Quando descobri o esquema de Edílson, que fazia jogo duplo, não aceitei mais suas ofertas – disse o empresário.

Ele confirmou ter recebido uma série de mensagens no celular com a oferta de mais cinco a seis jogos, mas negou ter aceito, assim como desmentiu as afirmações de que seria empresário de jogos ou teria ligações com casas de bingos, como investigado pelo Ministério Público.

Fayad afirmou jogar com bancas que

utilizavam as cotações de sites de jogos, que desapareceram da Internet logo após o escândalo.

Esquivou-se de informar o nome completo dos banqueiros envolvidos, dizendo apenas que fazia os pagamentos em contas bancárias. Afirmou conhecer o árbitro José Paulo Danelon, também investigado por manipular resultados do Campeonato Paulista.

– O depoimento não teve consistência. Por enquanto, não há o que se investigar, além do que está sendo apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público – avaliou o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Por causa do escândalo, revelado pela



Fayad esquivou-se de revelar o nome dos banqueiros envolvidos nas apostas ilegais

revista *Veja* há cerca de um mês, o STJD cancelou 11 jogos do Brasileiro apitados por Edílson e determinou a realização de novos jogos.

CRISE POLÍTICA Semana no Conselho de Ética será decisiva para José Dirceu, que ainda tenta anular processo na CCJ

Oposição: governo não combate fraudes



As declarações sobre as CPIs feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Rússia causaram indignação entre os senadores da oposição. Eles avisaram que, mesmo contra a vontade do presidente, o Congresso vai cumprir seu papel de combater a corrupção.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) os fatos novos surgidos a cada dia comprovam que Lula não combate as fraudes como deveria.

A leniência do governo, disse, permite que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares afirme, “de forma cínica”, que “em pouco tempo tudo o que se diz sobre ele passará a ser piada de salão”.

– Isso é uma afronta. Delúbio é uma vergonha nacional – repudiou Antonio Carlos.

Por conta disso, o senador entende que o Brasil piora sua posição nos rankings de corrupção, ao passo que a mídia estrangeira

já não poupa críticas ao país.

– Caberia ao presidente Lula o exemplo da “vergonha na cara”. Em vez disso, ele diz que todo mundo faz caixa dois – criticou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que Lula se converteu, de grande esperança de avanço na história da nação, em “estorvo”.

– De uma vez por todas, vá trabalhar, presidente! Dê um fim a essa torrente de corrupção, leviandade e desrespeito que tomou conta do país – reclamou Virgílio.

O senador César Borges (PFL-BA) criticou Lula pela “tentativa de desmoralizar as CPIs”.

– Lula tem de ter maior respeito pela opinião pública e pelos trabalhos das CPIs. Eu sei que ele



Para Arthur Virgílio, de esperança, Lula transformou-se em “estorvo” da nação

gostaria que nada estivesse sendo investigado, mas nós vamos continuar cumprindo com nosso papel – disse.

César Borges destacou que as comissões já apuraram remessas ilegais de recursos, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e crime eleitoral. Ele elogiou ainda o relatório que sugeriu a cassação do mandato de deputado de José Dirceu (PT-SP).

Conivência com pizza é descartada

O artigo “Pizzas no caminho”, do jornalista da revista *Veja* André Petry, que aponta a existência de várias pizzas no desenrolar das investigações parlamentares sobre o “mensalão”, foi rechaçado pelos senadores Almeida Lima (PSDB-SE) e Garibaldi Alves (PMDB-RN). Enquanto Almeida Lima afastou a possibilidade de a oposição não estar interessada em promover uma “faxina” na política nacional, Garibaldi considerou que as dificuldades enfrentadas pelas CPIs não podem ser comparadas a pizzas.

No texto, Petry cita como exemplos de pizzas denúncias não-apuradas contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu filho Fábio, o ministro da Fazenda Antonio Palocci e o publicitário

Duda Mendonça, marqueteiro da campanha presidencial de Lula.

Almeida Lima não concordou com a tese do jornalista de que a oposição tem receio de ser levada junto com as investigações. Sobre o alegado desconhecimento de Lula de eventuais desvios praticados por familiares e assessores, o tucano concorda com a opinião do presidente da Transparência Internacional, Peter Eigen, de que ele tinha obrigação de saber da conduta dessas pessoas.

Garibaldi lamentou que Almeida Lima tenha endossado o trecho do artigo, que aponta pizzas nas investigações.

O senador enumerou investigações que estão sendo feitas pelas CPIs, entre outras, as elucidações sobre os casos Gtech-Caixa Eco-

nômica e a morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel.

– Não tolero injustiça. Há um trabalho que merece o respeito da população, que não combina com a imagem daqueles que querem abafar, silenciar – disse.

Senador condena interferência de Jobim

Ao citar a matéria “O homem dos três Poderes”, publicada em *Veja*, Almeida Lima criticou o que considerou uma interferência do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, no Legislativo ao propor emenda constitucional sobre precatórios.

– É lamentável que ele desconheça o princípio da tripartição dos Poderes – atacou.

Acusado, Mesquita Júnior aciona Conselho de Ética

Mesquita Júnior (PSOL-AC) pediu ao Conselho de Ética do Senado que investigue denúncia, formulada em matéria do *Jornal do Brasil*, segundo a qual o senador recolheria parte dos salários dos servidores do seu gabinete no Senado. Mesquita Júnior encaminhou, na sexta-feira, requerimento nesse sentido ao presidente do Conselho de Ética em que afirma que o objetivo da investigação solicitada

deve ser o total esclarecimento da denúncia.

Dirigindo-se ao presidente do Conselho de Ética, João Alberto (PMDB-MA), Mesquita Júnior assevera que não cometeu nenhum ato que possa se constituir em quebra do decoro parlamentar. Explicou que há um acordo pelo qual o que excede a verba para despesas nos escritórios políticos é “custeado” pelos funcionários.

Suplicy sugere contas do PT na Internet em 2006

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai sugerir a seu partido a publicação diária na Internet de todas as receitas e despesas já na próxima campanha eleitoral em 2006.

– Que o PT possa dar o exemplo de registrar em tempo real despesas e receitas – disse.

Assim, continuou, o partido se anteciparia à aprovação do projeto de lei (PLS 283/05) de

sua autoria que tem a mesma intenção. A proposta aguarda votação na Câmara.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o PT prepara uma farsa para preservar a imagem de suas principais lideranças, entre elas o presidente Lula.

– Escolheram Delúbio Soares [ex-tesoureiro do PT], combinado com ele próprio, para bode expiatório. É a pizza do PT.

Reforma pode acabar com o caixa dois, diz Renan

Durante a abertura do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na noite de quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a aprovação de uma reforma política profunda, com mudanças na Constituição, para solucionar o problema do caixa dois nas campanhas eleitorais.

– Se não fizermos isso, nós vamos pré-datar uma nova CPI para daqui a três anos para investigar novamente essa excrescência.

A abertura do congresso, na Academia de Tênis de Brasília, contou com as presenças do presidente Lula, do vice José Alencar e de outros quatro ministros.

Patrícia Saboya quer mudanças eleitorais já

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) defendeu a aprovação de novas regras para as eleições gerais de 2006. Se o prazo para mudanças na legislação, via projeto de lei, expirou em 30 de setembro, a parlamentar ponderou a possibilidade de introduzir “medidas de austeridade” por meio de emenda à Constituição.

– Toda crise vem acompanhada de uma oportunidade. Patrícia citou estudo apontando que de 3% a 5% do PIB, cerca de R\$ 72 bilhões, “escoam anualmente pelo ralo da corrupção”. Ela sugeriu “a reforma política para estancar a sangria”.

CONSELHO DE ÉTICA

Votação de processo de Dirceu será nesta terça

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados adiou para esta terça-feira, às 10h30, a discussão e votação do parecer do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) que pede a cassação do mandato do deputado José Dirceu (PT-SP). Por determinação da Mesa da Câmara, atendendo parcialmente recurso do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), Delgado teve que repetir a leitura dos últimos 22 minutos do seu voto, já que a anterior teria coincido com votações em Plenário, o que é regimentalmente proibido.

A deputada Angela Guadagnin (PT-SP), que já havia requerido vista do voto, renovou o pedido, adiando a discussão e votação do

parecer nesta semana. Também nesta terça-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara se reúne para decidir sobre recurso de José Dirceu contestando decisão do conselho, que rejeitou o pedido do PTB de retirar a representação feita pelo partido, originária do processo de cassação contra Dirceu. O relator do recurso, deputado Darci Coelho (PP-TO), deu parecer favorável. Com o pedido de vista, adiou a votação para esta terça.

Os adiamentos levaram o presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), a emitir nota em que aponta uma “conspiração” para protelar os julgamentos. “Estamos dispostos a trabalhar inclusive nos fins de



Dirceu pediu que Izar seja justo e isento e não obedeça o calendário da imprensa

semana para concluir os processos até 20 de dezembro”, disse.

José Dirceu respondeu que o processo que o julga deve ser feito com calma, para evitar erros e até uma possível anulação. Em entrevista na última sexta-feira, ele reafirmou estar “convicto de sua inocência” e criticou o relatório que pede sua cassação.

Câmara assiste a duas renúncias e 11 novos processos

O Conselho de Ética instaurou mais 11 processos que podem levar à cassação de deputados denunciados pelas CPIs dos Correios e do Mensalão. Agora, são 14 deputados enfrentando processos no colegiado. Mais dois deputados renunciaram antes dos processos, evitando a perda dos direitos políticos por até oito anos, o que possibilita a candidatura nas próximas eleições: José Borba (PMDB-PR) e Paulo Rocha (PT-PA). A mesma opção já havia sido tomada por Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Carlos Rodrigues (PL-RJ).

Processos foram abertos contra: João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), José Mentor (PT-SP), João Magno (PT-MG), Josias Gomes (PT-BA),

Vadão Gomes (PP-SP), Pedro Corrêa (PP-PE), José Janene (PP-PR), Pedro Henry (PP-MT), Wandervall Santos (PL-SP) e Roberto Brant (PFL-MG). Os relatores para cada processo já foram escolhidos. Subcomissões irão ouvir testemunhas e acusados.

O conselho também instaurou processo contra o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), que terá o deputado José Carlos Araújo (PL-BA) como relator. O PT alega que Lorenzoni acusou José Dirceu de ter usado R\$ 14 mil do partido em seu favor, fazendo uso indevido de documentos sigilosos entregues à CPI.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) leu nota do partido em apoio a Onyx, negando as acusações “feitas para intimidar”.

SEGURANÇA PÚBLICA População compareceu às urnas e optou pelo "não", que venceu por ampla margem: 64% a 36%

"Não" à proibição da venda de armas

Com 58,6 milhões de votos contra apenas 32,1 milhões, a opção "não" venceu, nesse domingo, o referendo sobre a proibição à venda de armas de fogo e munições. O número de votos em branco foi de 1,4%, e de nulos foi de 1,6%. Com o resultado, o comércio continua legal, o que não invalida o restante do Estatuto do Desarmamento, que tornou mais rigorosa a legislação sobre o porte de armas de fogo e deve passar ainda por regulamentação. A larga diferença – 64% contra 36% – se estendeu por

todo o país. Em nenhum estado ou capital a opção "sim" conseguiu vencer. A vitória do "não" foi mais contundente no Rio Grande do Sul, com 87% contra apenas 13% do "sim". A menor margem foi em Pernambuco, onde o "não" venceu por 54,55% contra 45,45% do "sim".

Ao avaliar os números, o presidente do Senado, Renan Calheiros, que presidiu a Frente Parlamentar Brasil sem Armas,

argumentou que a campanha do "não" confundiu conceitos e levou parte dos eleitores a não apreender a importância do referendo e da retirada de armas de circulação para combater a violência. Mas saudou o instrumento da democracia direta, que a seu ver deveria ser mais

utilizado.

– É importante deixar o povo falar e, mais importante que deixar o povo falar, é entender

com clareza o que o povo fala – disse.

Renan reconheceu que o governo tem sido omissivo em relação ao combate à violência. Para reverter isso, destaca, é preciso determinar gastos mínimos com segurança pública e impedir que esses recursos sejam contingenciados.

À Agência Brasil, o presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), atribuiu a vitória do "não" às informações veiculadas na propaganda gratuita e à insatisfação da sociedade com a política de

segurança pública do governo.

– O "não", além de um protesto, é uma reação à tentativa de retirar um direito do cidadão. Se a proibição fosse aprovada, os bandidos iam se deliciar com a incompetência do Estado. Homicídios com armas de fogo em brigas de bar ou de trânsito são exemplos de porte ilegal de armas, um crime inafiançável. Não defendemos isso. Defendemos o direito de o cidadão ter a arma em casa – declarou.

Durante a semana passada, os senadores declararam seus votos. Veja abaixo.

PEC de Renan garante verbas para a segurança

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece percentuais mínimos do Orçamento para gastos com segurança pública para a União (15%), estados (7%), Distrito Federal (5%) e municípios (1%). A PEC proíbe que esses recursos sejam contingenciados. Para ele, é preciso uma legítima e democrática pressão em favor da proposta, "para garantir a proteção das pessoas que, mais do que nunca, precisam da proteção do Estado".

O presidente do Senado destacou que cerca de 300 mil mandados de prisão estão parados, mas, mesmo que fossem cumpridos, não haveria prisões suficientes. Em solenidade no



Renan: menos de 10% dos recursos do Fundo Nacional foram executados

gabinete da Presidência, Renan afirmou que o orçamento do setor para 2005 é menor que o de 2001 e defendeu a definição das fontes de financiamento.

– O que está acontecendo no Brasil é um horror. O Fundo Nacional de Segurança Pública é insuficiente e a sua execução é lamentável. Menos de 10% dos recursos destinados para este ano foram executados até agora – ressaltou.

Reajuste de servidor será pago porque Senado "cortou na carne"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, rebateu argumentos de que, se falta dinheiro para a segurança, não haveria para pagar o reajuste dos servidores do Legislativo.

– O Senado cortou na carne, tem dinheiro. O que se faz todos os anos é uma suplementação de recursos. Porque o governo, para manter o poder político, estabelece um limite insuficiente. No ano passado, não teve reajuste e houve suplementação de R\$ 174 milhões. Por que não podemos ter neste ano?

Renan explicou como foi a suplementação em 2004.

– Esse aumento foi pago em outubro, novembro, dezembro e no 13º salário. Uma decisão do STF mandou que o aumento fosse votado pelo Plenário e não decidido pela Mesa diretora. Nós fizemos exatamente isso. O governo vetou um aumento pago. O Congresso derrubou o veto.

Segundo Renan, esse aumento "é o oposto do que essa gente está dizendo", pois o Executivo reajustou primeiro.

Em nenhum estado ou capital a opção "sim" obteve vitória

SIM

Ideli Salvatti

Ao rebater críticas ao referendo, Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou seu caráter didático. "É preciso reduzir o fluxo das armas, que devem ser usadas em casos extremos de defesa organizada."

Sibá Machado

A vitória do "sim" pode ser o início de uma "virada de página" na questão da segurança, como primeiro passo para combater o crime, para Sibá Machado (PT-AC). Ele defendeu a proibição em dois discursos durante a semana.

Magno Malta

Em nome do PL, Magno Malta (ES) defendeu o "sim" e conclamou os cristãos a seguirem seu voto. Para ele, o desarmamento não resolve o problema, mas combaterá crimes passionais ou fúteis.



Fátima Cleide

O porte de arma não significa mais segurança, para Fátima Cleide (PT-RO). "Estudo da Unesco mostra queda de 8,2% no número de mortes por armas de fogo em relação a 2003."

Ana Júlia

Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que a violência alimenta-se do direito de armar-se. "Que direito é esse, do mais rico, contra o mais pobre, o desprotegido?", indagou.

Patrícia Saboya

Patrícia Saboya (PSB-CE) disse que o desarmamento não acabará com a criminalidade, mas considera urgente romper "esse círculo vicioso que contaminou nosso cotidiano".

Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o *rapper* Mano Brown, para quem "muita coisa que poderia ter sido resolvida na ideia acabou em morte, pelo fato de a arma dar a sensação de controle total".

NÃO

Juvêncio da Fonseca

Vice-presidente nacional da Frente Nacional pela Legítima Defesa do Cidadão, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) afirmou que o cidadão comum não pode ser prejudicado diante do descontrole do crescimento da violência. Para o senador, essas pessoas simples serão as únicas prejudicadas se o comércio for proibido.

Iris de Araújo

Iris de Araújo (PMDB-GO) citou os casos de agressão entre torcedores para ilustrar a violência maior a que os brasileiros estariam submetidos. "Quem pode afiançar que há, de fato, o direito de ir e vir? As famílias estão trancadas em seus lares com medo da ação dos assaltantes e da usina de mortes no trânsito", afirmou.

Pedro Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) disse temer que a vitória do "sim" possa promover o surgimento de empresas de "seguro-segurança" nos moldes das atuais empresas de seguro de vida. "Sou a favor de tudo que signifique pacificação, do plano de desarmamento, mas não sou a favor de desarmar para ver como é que fica", explicou.

João Batista

João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou que o referendo "nada vale", observando que o Estatuto do Desarmamento já impede o cidadão de bem de portar armas de fogo. Motta classificou como "mentiras" os argumentos de que a criminalidade irá aumentar (do "não"), quanto o de que a violência será resolvida (do lado do "sim").

Ramez Tebet

Para Ramez Tebet (PMDB-MS), não passa de truque a insinuação de que votar "sim" significa a solução do problema da violência. Segundo o senador, a proibição vai prejudicar apenas a população pobre e da classe média. Ele previu que os ricos blindarão seus carros e contratarão empresas de segurança para protegê-los.



Residentes no exterior poderão votar também para governador e senador

Os cerca de 2,5 milhões de brasileiros que vivem no exterior poderão passar a votar também nos candidatos a governador, vice-governador e senador, além de para presidente e vice, como já acontece. Proposta (PLS 398/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) recebeu parecer favorável da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao sugerir a extensão do voto para governador, vice e senador, Ideli observou que, atualmente, os brasileiros que vivem em outros países podem se manter

informados sobre o que se passa no país e nos seus estados de origem por meio da Internet ou da televisão por assinatura. A senadora ressaltou ainda o crescente papel econômico exercido pelos emigrantes.

– Em Santa Catarina temos um volume significativo de pessoas que buscam no exterior uma

alternativa econômica e uma forma de sustento para a família que fica no Brasil. São pessoas que vão, com intenção de voltar, e têm todo o direito de ajudar a decidir os destinos do país e de seus estados – disse Ideli.

Por sugestão do relator *ad hoc* Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a comissão rejeitou emenda para

estender o direito a voto às eleições para deputados federal e estadual (ou distrital), prefeito, vice-prefeito e vereador. Azeredo ponderou que seria tecnicamente impossível incluir nas atuais urnas eletrônicas os dados referentes a cerca de 360 mil candidatos de todos os 5.561 municípios do Brasil.

ACESSIBILIDADE Presidente do Senado defende distribuição de livros e formação de professores especializados

Ações pelo deficiente não podem esperar



Ao participar da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a distribuição de livros didáticos em braile e a formação de professores para o atendimento de pessoas deficientes são exigências que não podem mais ser adiadas pelo poder público. Ele disse que “não existe desculpa para que a rede pública de ensino não esteja devidamente preparada para receber alunos com necessidades especiais”. Para Renan, legislar e atuar em benefício de pessoas com deficiência é legislar e atuar em benefício de todos.

As declarações foram dadas

na abertura do seminário “Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania”, realizado no auditório do Interlegis.

O presidente do Senado voltou a cobrar do governo federal a aplicação de R\$ 500 milhões, previstos no Orçamento da União para a Política Nacional de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Disse que o preconceito atinge, de forma cruel, os portadores de deficiência e reconheceu que o Congresso ainda tem muito a legislar sobre o assunto.

Entre diversas ações do Senado para valorizar o deficiente, enfatizou Renan, estão a instalação de elevadores adaptados; a construção de novas rampas de acesso; a adaptação de diversos banheiros e a ampliação de

espaços para tornar possível a passagem de cadeiras de rodas.

Renan citou também a contratação de profissionais e estagiários com deficiência dentro das cotas fixadas em lei e as publicações em braile editadas pela Casa, como a Constituição federal, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Doação de Órgãos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vários senadores cobraram, durante o seminário, a aplicação da Lei de Acessibilidade (Decreto 5.296/04), como o presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Flávio Arns (PT-PR).



Seminário no Interlegis foi acompanhado, por videoconferência, nos 26 estados brasileiros

Senadores querem ampliação da legislação

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu no seminário a necessidade de o governo federal atender a pelo menos três demandas das pessoas com deficiência: o acesso regular à educação, ao mercado de trabalho e ao direito de ir e vir, fundamentais para o exercício da cidadania.

A tuca lembrou que existem hoje, no Brasil, cerca de 24,5 milhões de pessoas (14,5% da população) com algum tipo de deficiência, física ou mental. Lúcia Vânia é autora de projeto aprovado no Senado e já em tramitação na Câmara que inclui nos procedimentos gratuitos do Sistema Único de Saúde a equoterapia, forma de tratamento que reúne as áreas de saúde, educação e equitação, visando habilitar e reabilitar o paciente.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), implantada durante a gestão de Lúcia Vânia na Secretaria de Assistência Social (1995/1998), foi citada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como exemplo da interação entre a população, os grupos sociais e o Congresso Nacional na elaboração de leis em favor da assistência social da população carente e das pessoas com deficiência.

A Loas (Lei 8.742/93) garantiu o benefício de um salário mínimo aos deficientes e aos idosos. Somam-se a essa legislação as leis 10.048 e 10.098, de 2000, que ampliaram os direitos dos deficientes.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concordaram que o Brasil tem boas leis em favor das pessoas com deficiência, mas precisa aplicá-las.

Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua certeza de que o projeto que cria o Estatuto das Pessoas com Deficiência será aprovado ainda neste ano. Já o vice-presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, senador Flávio Arns (PT-PR), destacou a importância das ações coletivas para o cumprimento da legislação.

– O Congresso tem um compromisso com essa área e é importante estarmos juntos nesse movimento – declarou Arns, ressaltando o trabalho do presidente Renan Calheiros e de sua esposa, Verônica, em defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Renan promete acelerar votação de projetos

Mil pessoas, entre portadores de deficiência e familiares, junto com artistas como Bruna Marquezine e Marcos Frota, participaram, no Salão Negro do Congresso Nacional, da abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Os dois

artistas interpretam personagens cegos na novela *América*.

Ao abrir o evento, com a presença de pessoas com deficiências, artistas e políticos, o presidente Renan Calheiros prometeu acelerar, no Senado, a tramitação de matérias de interesse de mais

de 10% da população brasileira, como o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, do senador Paulo Paim (PT-RS), e o projeto que garante tutela jurídica específica para pessoas com deficiência, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que Franklin Delano Roosevelt, que era paraplégico (sofreu de poliomielite), foi eleito presidente dos Estados Unidos por quatro mandatos consecutivos.

Os atores Marcos Frota e Bruna Marquezine explicaram como a novela mudou suas próprias vidas e a vida de milhões de brasileiros, deficientes ou não, que começaram a abordar de forma diferente as deficiências física e mental.



A atriz Bruna Marquezine (E) e o músico Marcelo Yuka, de boné, participam do evento com pessoas com deficiência e senadores



WALDEMAR RODRIGUES

Crianças tocam os quadros em alto-relevo, feitos especialmente para apreciação pelos deficientes visuais

Exposição em três ambientes atraiu milhares de pessoas

As exposições que integraram a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência atraíram milhares de visitantes. As mostras feitas por (ou para) pessoas com deficiência foram divididas em três partes, denominadas Praça Senado, Praça Sociedade e Praça Criatividade.

Na Praça Senado era divulgado o trabalho da Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência do Senado e da Comissão de Acessibilidade, além dos estandes do Prodasen e da Secretaria de Editoração do Senado.

Na Praça Sociedade, o visitante pôde ver a exposição *Cores do Silêncio*, com quadros em alto-relevo para deficientes visuais, da artista plástica Cristina Portella; e exposição e *workshop* de artistas plásticos com diversos tipos de deficiência.

Roda de capoeira com portadores de síndrome de Down

Cerca de 60 crianças, adolescentes e adultos com deficiência participaram, no Salão Negro, de uma apresentação de capoeira com alunos da Escola Especial nº 1, da Fundação Educacional do Distrito Federal, e com o grupo Raízes do Brasil. Esse trabalho com alunos da escola especial existe desde 1996.

– O que anima essa meninada aí é a parte musical e a dança da capoeira – disse o capoeirista Fábio Ferreira dos Santos, professor da Fundação Educacional do DF formado em Educação Física. No mesmo local, a peça de teatro de mamulengo *O Casamento de Chiquinha, Filha do Coronel João Redondo, com Tião sem Sorte*, apresentada pelo mestre Josias W. da Silva, também atraiu o público.

Na Praça Criatividade, o Túnel Sensorial, simulando restrições de sentidos e locomoção, foi uma das atrações mais procuradas. A instalação foi criada por funcionários do Senado.

Dois mil alunos das escolas especiais e inclusivas do DF visitaram exposições como a da artista plástica Eva Leite, que ficou tetraplégica após acidente de automóvel em 1987. Após o acidente, a artista se casou, teve uma filha e desde julho do ano passado escreve livros e pinta quadros com a boca.

Durante o tratamento médico, no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, Eva aprendeu a datilografar com a boca e começou a escrever o livro *Minha Vida tem Rodas, Meus Sonhos têm Asas*, lançado em dezembro do ano passado, em que conta sua história.

Site do Senado garante acesso a deficientes visuais

Embora mantenham quase a mesma aparência para o usuário comum, diversas páginas do site do Senado – entre elas a *home page* e a da Agência Senado – foram adaptadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de acessibilidade e utilizam códigos que permitem o uso de programas “leitores de tela”, destinados a pessoas com problemas de visão. Graças a esses códigos e programas, o portador de deficiência visual é o maior beneficiado. Permitir o acesso à pessoa com esse tipo de deficiência é o maior desafio na criação de páginas acessíveis, pois, para o cego, não há 100% de acessibilidade. O site www.acesobrasil.org fornece mais informações sobre acessibilidade.

Livro conta uma história de inclusão

Lançado durante a semana, o livro *Mulher como Todas*, de Liane Collares, que tem síndrome de Down, conta a história de sua vida – as aventuras, a inclusão em escolas tradicionais de ensino, as duas medalhas de ouro conquistadas em 1991 nas Olimpíadas Especiais nos Estados Unidos e o emprego

na Sociedade Creche Cruz de Malta. Ela já lançou o livro em vários estados do Brasil, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Para ela, os deficientes não devem se sentir limitados, precisam acreditar em si, nas suas qualidades e ter a certeza de que são capazes de tudo.

PRESERVAÇÃO Projetos de senadores reforçam o Fundo Nacional de Meio Ambiente, cujas verbas são insuficientes

Mais recursos para o meio ambiente



O Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) já apoiou, desde 1989, cerca de mil projetos em todos os estados do país e tem estimulado e viabilizado a participação ativa da sociedade civil em ações inovadoras de desenvolvimento sustentável.

A importância do fundo como instrumento principal da política nacional do meio ambiente é tão grande que há vários projetos no Congresso propondo aumento dos recursos destinados a ele. O mais recente (PLS 319/05), do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), altera a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) para determinar que os valores arrecadados com o pagamento das multas por infração ambiental – hoje distribuídos por vários fundos, inclusive o naval – sejam integralmente revertidos ao FNMA.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, somente 10% das multas por infrações ambientais arrecadadas pelo Ibama são transferidos para o fundo nacional.

De acordo com Papaléo, “os estados, o Distrito Federal e os municípios não serão prejudicados com a modificação proposta, pois eles têm capacidade de ins-

tituir e cobrar multas, que substituem a multa federal na mesma hipótese de incidência”.

Nos últimos anos, as maiores fontes de recursos do FNMA são do exterior, especialmente graças a acordo de US\$ 40 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1999.

Há dois anos tramita também no Senado o PLS 356/03, apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que, entre outros itens, destina parte da arrecadação das loterias federais para o FNMA.

O projeto, que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reserva ao fundo 10% dos valores da loteria instantânea; 7,39% da loteria federal; e 9,13% das demais loterias. No caso de prêmios acumulados, 10% seriam deduzidos dos sorteios ou rateios seguintes.

Para a senadora, esses recursos fortalecerão os projetos custeados pelo FNMA, em especial as iniciativas vinculadas às Agendas 21 locais. “A vantagem de apoiar projetos ligados às Agendas 21 locais é que elas tratam da questão do meio ambiente como um todo”, afirma Serys.



MARCOS BERGMASCO / SECOM-MT



ROOSEVELT PINHEIRO

Papaléo Paes quer que multas por crimes ambientais sejam revertidas para o fundo

Áreas de proteção podem receber melhores cuidados com o aumento de investimentos em projetos inovadores no setor

Fundo apóia a promoção da sustentabilidade

O QUE É - O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi criado pela Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, para “desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira”.

FONTES DE RECURSOS

1. ACORDO DE EMPRÉSTIMO firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1999, num montante de US\$ 40 milhões, com US\$ 16 milhões de contrapartida nacional
2. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A HOLANDA, prevendo a aplicação de 3 milhões de euros
3. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (Lei 9.605, de 12/2/98), estabelecendo que o FNMA deve receber 10% do valor das multas por crimes e infrações ambientais arrecadadas pelo Ibama
4. COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS (Lei 9.478, de 6/8/97), proveniente da chamada “participação especial”, compensação devida por concessionários de exploração e produção de petróleo e gás natural. Cabem 10% ao Ministério do Meio Ambiente, destinados a estudos e projetos relacionados à preservação do meio ambiente e à recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo.

COMO FUNCIONA - O fundo é um dos principais instrumentos do governo brasileiro para implementar a política nacional do meio ambiente e cumprir acordos e convenções internacionais sobre meio ambiente dos quais o Brasil é signatário. O FNMA apóia iniciativas da sociedade civil e de órgãos e entidades governamentais que promovam a recuperação, a conservação e a preservação do meio ambiente, e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Para obter recursos do FNMA, é preciso apresentar proposta coerente com as linhas temáticas definidas pelo fundo, que também poderá solicitar projetos mediante edital específico.

LINHAS TEMÁTICAS

1. EXTENSÃO FLORESTAL (diversidade biológica florestal, silvicultura e agrossilvicultura com espécies nativas, e manejo de florestas nativas)
2. GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTEGIDAS (apoio a unidades de conservação e a reservas particulares do patrimônio natural)
3. MANEJO SUSTENTÁVEL DA FLORA E DA FAUNA
4. USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Agenda 21 Local/Regional, agendas ambientais institucionais e comunitárias, e educação ambiental para o desenvolvimento sustentável)
6. AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (apoio a comunidades extrativistas, gestão ambiental em terras indígenas, áreas alteradas, expansão e consolidação de áreas protegidas e desenvolvimento ambiental urbano)
7. QUALIDADE AMBIENTAL (resíduos industriais, substâncias químicas, certificação ambiental e poluição do ar)
8. GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DESTINATÁRIOS DOS RECURSOS

1. INSTITUIÇÕES PÚBLICAS da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal
2. INSTITUIÇÕES PRIVADAS BRASILEIRAS SEM FINS LUCRATIVOS, ou seja, organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) ou organizações de base (associações de produtores, de bairro ou outras). Essas instituições devem integrar o Cadastro Nacional das Entidades Ambientais do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Cnea/Conama) ou possuir no mínimo dois anos de existência legal.

Doadores poderão ter incentivos fiscais

Outro projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos permite deduzir do Imposto de Renda as doações feitas ao Fundo Nacional de Meio Ambiente por pessoas físicas e jurídicas (PLS 348/03). Pela proposta, as pessoas físicas poderão abater até 90% do valor doado; as jurídicas, até 70%. A dedução não poderá exceder a 5% do imposto devido.

O projeto considera doações as transferências de recursos ao fundo que não impliquem vantagem pecuniária ao doador. Além disso, as doações que excederem



JANE ARAÚJO

Serys Slhessarenko defende adoção de incentivos fiscais para ampliar recursos do fundo

o limite de 5% do imposto devido não poderão ser utilizadas nas declarações dos exercícios

subseqüentes.

– Mais do que as empresas ou as pessoas, a maior beneficiada será a vida, pois meio ambiente é vida – defende a senadora.

De acordo com o projeto, que conta com parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, pelo menos 50% dos recursos devem ser aplicados em três áreas principais: criação, consolidação ou fiscalização de unidades de conservação; exploração sustentada do ambiente natural realizada por populações tradicionais ou comunidades indígenas; e educação ambiental.

Gestão de florestas é parte da solução

ALEXANDRE GUIMARÃES

A gestão das florestas públicas para atividades econômicas sustentáveis e pesquisa decerto não é a única nem a melhor solução para os problemas madeireiros da Amazônia. É, antes de tudo, a mais oportuna a ser implantada para o desenvolvimento não-predatório da região. O PLC 62/05, que tramita em regime de urgência no Senado, tem o objetivo primordial de regulamentar o uso das florestas de domínio público, assim como sua conservação.

Muitos denunciam ser esse projeto experiência perigosa aos recursos florestais por permitir a concessão do aproveitamento de áreas públicas. No entanto, a proposta nada mais é do que um avanço na atual estrutura, pois é indiscutível que sua

fundamentação vem da experiência obtida com as florestas certificadas pelo FSC-Brasil. Este tipo de floresta, que em 2000 representava apenas 500 mil hectares, já responde por cerca de 3,5 milhões de hectares.

O projeto também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), para fomentar atividades voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável e promover inovação tecnológica no setor. Seria, de modo simplificado, um desmembramento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), mas focalizado em projetos da área florestal. Visto o sucesso alcançado pelo fundo nacional, acreditamos que o FNDF poderá se tornar instrumento primordial de ações de desenvolvimento sustentável na área florestal.

Como em qualquer projeto, há

pontos que devem ser debatidos de modo mais diligente. Entre eles, a possibilidade de concessões em terras sob o domínio do Incra e a perda da oportunidade de criar um verdadeiro serviço florestal nacional. No primeiro caso, além de serem necessárias alterações na legislação agrária do país, é preciso verificar as implicações desse processo. No segundo, dado o que determina o projeto, o Sistema Florestal Brasileiro pode se tornar um órgão fornecedor de concessões.

Por fim, destaca que deve ser feito à importância do projeto para os amazônidas, pois permite a consolidação das culturas e das economias locais, além de arrefecer a destruição da Amazônia.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal.

SAÚDE



Pesquisadores e governo receiam que criações brasileiras sejam contaminadas por aves migratórias

Parlamentares temem avanço da gripe aviária

A possibilidade de a gripe aviária chegar ao Brasil tem preocupado especialistas em saúde pública e mobilizado a atenção de parlamentares, como o senador Tião Viana (PT-AC). Em resposta, o governo anunciou na quinta-feira uma série de medidas preventivas, entre elas a compra de 9 milhões de doses do medicamento Tamifu, do laboratório Roche, e o estudo para a produção da vacina contra o vírus da gripe aviária, o H5N1.

Tião Viana já havia alertado para "a eventualidade de o país estar caminhando a passos largos rumo à doença" e sugeriu a formação de um comitê de especialistas para, em conjunto com o Ministério da Saúde e órgãos de vigilância sanitária dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Indústria e Comércio, adotar providências de caráter preventivo. O senador reforçou que os cientistas têm advertido que é urgente a adoção de medidas contra a doença.

Segundo o parlamentar, é

necessário que a Secretaria de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde esteja de prontidão.

– Temos de ter medidas de prevenção e controle prontas, dentro de um cenário internacional da transmissão dessa doença – alertou.

Tião Viana reforçou a necessidade de o Brasil enviar representantes ao encontro de especialistas que começa no sábado, na Austrália. "É inconcebível considerar normal que o país ou o planeta, com todo o aparato científico-tecnológico que possui, se torne vítima tão vulnerável, como aconteceu em 1918, em 1955 e 1967 em relação a essas doenças", opinou. A gripe espanhola (1918), causada pelo vírus *Influenza*, matou cerca de 50 milhões de pessoas.

Na Câmara, os deputados defenderam amplo programa de reforço ao trabalho de vigilância vegetal e animal nas fronteiras

do país. De acordo com Francisco Turra (PP-RS), a proposta orçamentária de 2006 para essa área conta com R\$ 20 milhões a menos do que foi aprovado para 2005, o que poderá colocar em risco o trabalho de combate a epidemias, como a gripe aviária e a febre aftosa.

O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) também manifestou preocupação com a redução dos recursos previstos para vigilância sanitária. Presidente da Comissão de Agricultura e Agropecuária, Caiado acredita que o problema poderá ser corrigido por meio de emendas na Comissão Mista de Orçamento.

A necessidade de medidas concretas para enfrentar a ameaça da gripe aviária foi defendida por Fernando Gabeira (PV-RJ). Por requerimento do deputado, a Comissão de Relações Exteriores realizará audiência pública sobre formas de combate à doença.

Tião Viana defende a adoção urgente de medidas preventivas

O caminho da doença

Em 1997, houve um surto em Hong Kong, com 18 pessoas contaminadas pelo vírus da gripe aviária (H5N1), das quais seis morreram. Em dezembro de 2003, o vírus H5N1 foi registrado na Coreia do Sul, obrigando o sacrifício em massa de animais. A doença se alastrou e, em agosto de 2005, o vírus chegou à Rússia, Turquia, Grécia, Romênia e Filipinas. Mais de cem pessoas já morreram por causa da doença na Ásia.

Na América Latina houve registro da gripe aviária na Colômbia, mas o vírus H9, segundo o Mi-

nistério da Saúde, é inócuo à saúde humana.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o vírus sofre constantes mutações, o que o torna mais perigoso. Não há vacina no mercado contra o vírus, mas quatro medicamentos podem ser usados para o tratamento da doença, sendo três adotados para a prevenção.

Na semana passada surgiu uma esperança. O ministro da Saúde da Hungria, Jeno Rácz, informou que cientistas do país desenvolveram uma vacina eficaz para pessoas e animais.

Medidas preventivas não afastam risco de epidemia

O Brasil não importa carne de frango, mas isso não afasta a possibilidade de a gripe aviária chegar ao país. A preocupação do ministro da Saúde, Saraiva Felipe, e de especialistas do setor é de que a doença possa ser trazida por aves migratórias.

De acordo com o veterinário Clayton Gitti, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a epidemia pode chegar ao Brasil a qualquer momento. "Embora as barreiras sanitárias sejam importantes para controlar a doença, nada vai impedir que aves migratórias possam chegar ao país contaminadas pelo vírus", assinalou o especialista. O Brasil, de acordo com o Ibama, é rota de inúmeras espécies de aves migratórias, o que vai exigir mais atenção dos pesquisadores.

O secretário de Vigilância da Saúde, Jarbas Barbosa, reforça a importância das medidas preventivas que estão sendo adotadas, entre elas a integração de ações dos ministérios da Saúde e da Agricultura, mas alerta que a chegada do vírus ao país é certa. "Vivemos uma fase de pré-pandemia", afirma Barbosa.

Conforme o ministro Saraiva Felipe, o país terá um plano de contingência para pandemia de influenza (a gripe aviária, ou gripe asiática) já em novembro. "Estamos tomando todas as medidas sanitárias que os países mais desenvolvidos do mundo têm adotado. O ministério tem orçamento e não será por falta de recursos que nós deixaremos de fazer a detecção ou de tratar doentes", garantiu o ministro.

Instituto Butantã deve produzir a vacina

Entre as ações anunciadas está o fortalecimento da vigilância epidemiológica, para o monitoramento da doença, e da rede de laboratórios para a detecção do vírus. Outra medida é adequar as instalações do Instituto Butantã, em São Paulo, para a produção da vacina.

Segundo o secretário Jarbas Barbosa, já foram repassados recursos para acelerar a preparação de uma instalação emergencial no Butantã, que estará pronta para a fabricação da vacina já no início do próximo ano. Uma nova fábrica de vacinas está sendo construída no instituto, com recursos do Ministério da Saúde e do governo de São Paulo, mas só ficará pronta no final de 2006.

Jarbas Barbosa propõe que a estratégia com o objetivo de conter o vírus seja mundial. Segundo o secretário, a criação de um fundo destinado a países atingidos é tão importante quanto vacinas ou planos de contingência.



Saraiva Felipe, ministro da Saúde: plano de contingência começa em novembro



CIDADES

Comissão discute resolução do Conselho de Saúde sobre limpeza urbana

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento dos senadores José Maranhão e Ney Suassuna, ambos do PMDB da Paraíba, para realização de audiência pública sobre a Resolução 322/03, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). De acordo com Maranhão, a resolução prejudica as contas municipais, pois exclui os serviços de limpeza urbana e de remoção de lixo das despesas com serviços públicos de saúde.

A exclusão, segundo o senador, tem o objetivo de impedir que os

gastos com limpeza urbana componham o percentual mínimo de aplicação de 15% dos recursos da saúde nos municípios brasileiros. O CNS é presidido pelo ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que deverá ser convidado para a audiência.

Na mesma reunião, a CAS apresentou parecer favorável a projeto que veda a cessão ou transferência, para entidade desportiva estrangeira,

de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em andamento reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

De autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a matéria foi relatada por Iris de Araújo (PMDB-GO) e será encaminhada à Comissão de Educação (CE). A proposta (PLS 218/04) altera a redação da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

CAS aprova também parecer favorável sobre a profissão de turismólogo

A comissão também apresentou parecer favorável ao projeto de lei que regulamenta a profissão de turismólogo (PLC 24/03), a ser exercida por portadores de diploma superior ou profissionalizantes de cursos de Turismo. Oriunda da Câmara, a matéria foi relatada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e será encaminhada ao Plenário.

A comissão acolheu ainda requerimento de Flávio Arns (PT-SC) em que solicita audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção,

Acompanhamento e Defesa da Saúde, para discutir o valor dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais conveniados. E ainda requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE), também subscrito por Flávio Arns, para debater a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Também foi aprovado requerimento de Serys Slhessarenko (PT-MS) que institui a Semana de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Senado. O evento será celebrado no mês de outubro.

COMISSÕES

Delcídio pede ação do Mercosul contra doença

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) fez em Plenário um balanço da crise enfrentada por seu estado com os focos de febre aftosa surgidos há duas semanas. Ele pediu ajuda do governo federal e ressaltou que é preciso “sinergia” entre os países do Mercosul para eliminar de vez a doença da região. Para ele, o Ministério da Agricultura vem atuando para certificar todas as etapas da produção, “da fazenda até a mesa do consumidor”.

Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) condenou o contingenciamento de recursos orçamentários para defesa sanitária animal. Alvaro Dias (PSDB-PR) recordou que o presidente Lula foi alertado para os riscos da volta da aftosa.

Romeu Tuma (PFL-SP) criticou a liberação de apenas R\$ 1 milhão para a população ribeirinha amazônica. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lamentou que o corte de verbas esteja ajudando a ampliar o superávit primário, já estimado em 6% do PIB. Para Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), a aftosa retornou pela falta de vigilância, principalmente na fronteira com o Paraguai.

Paulo Paim (PT-RS) cobrou mais recursos do governo para o setor agropecuário, para evitar que ocorram novos problemas de saúde animal. Por sua vez, José Maranhão (PMDB-PB), sugeriu que o governo subsidie a compra de vacinas para os pequenos criadores.

Respeito ao Orçamento teria evitado crise no setor

Autor de uma proposta que torna obrigatória a execução do Orçamento aprovado pelo Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) citou a eclosão dos focos de febre aftosa para defender a medida. “Se o orçamento impositivo fosse cumprido, a situação do país seria outra”, afirmou.

Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou que auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou falta de verbas e deficiências na fiscalização nas fronteiras, indicando riscos da doença.

Ramez Tebet (PMDB-MS) rechaçou a tentativa do presidente Lula de eximir o governo de

culpa e informou que não foram liberados sequer R\$ 600 mil para o combate à aftosa.

Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que o surto de aftosa foi “uma crise anunciada”. Para João Batista Motta (PSDB-ES), o governo não tem política para o campo, nem de preços para a pecuária e para a agricultura.

César Borges (PFL-BA) atribuiu o surto de febre aftosa ao “desleixo” do governo. Aelton Freitas (PL-MG) disse que, para recuperar a imagem do Brasil como exportador de carne, pecuaristas, governo e classe política devem trabalhar unidos.



Simon, entre Ana Júlia e Aelton Freitas, é autor do requerimento para ouvir Roberto Rodrigues

Ministro fala na quarta sobre a febre aftosa

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ouve na tarde desta quarta-feira o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que deve esclarecer a situação do rebanho brasileiro em relação à febre aftosa. O requerimento foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador justificou sua iniciativa lembrando que dezenas de países já estão anunciando

embargo à carne brasileira, o que pode trazer conseqüências “imprevisíveis e incomensuráveis” para o setor exportador do produto e desestabilizar a economia brasileira.

Outro requerimento acolhido prevê a realização de audiência com representantes do setor para ampliar a discussão sobre o problema. A audiência foi requerida pelo senador Gilberto Goellner (PFL-MT).

Gilberto Goellner acha que a

discussão sobre a febre aftosa deve ser mais ampla. Por isso, sugeriu a realização de audiência pública com a presença de representantes dos ministérios da Agricultura e da Fazenda, da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil e da Associação da Indústria Exportadora de Carne, entre outros.

O surto de febre aftosa atinge o rebanho brasileiro especialmente na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Doença pode vitimar até metade do rebanho

O que é a febre aftosa? É uma virose que ataca sobretudo bovinos, suínos, ovinos e caprinos. Em animais, é altamente contagiosa. Em humanos, é rara e os sintomas são brandos. Há seis tipos de vírus conhecidos, e a vacina contra um tipo não protege contra os outros. Há também subtipos.

Quais os sintomas? Nos primeiros dias o animal tem febre. Aparecem vesículas (aftas, daí o nome) na boca, na língua e na gengiva, ele baba muito, tem dificuldade de se alimentar e faz ruído ao abrir a boca (chamado “beijo da aftosa”). Depois, surgem feridas nas patas. O animal manca ou até deixa de se locomover. Nos humanos, os sintomas são febre baixa e calafrios, bolhas nas mãos e boca, e o risco de morte é praticamente inexistente.

Como é transmitida? Pelo contato direto com outro animal infectado, ou indireto: pela água, alimentos, pássaros, objetos etc. Os humanos não transmitem o vírus entre si (mas podem levá-lo para os rebanhos) e só se contaminam em constante contato com animais doentes ou ao beber leite contaminado não pasteurizado nem fervido.

Quais os prejuízos? Em um surto leve, as mortes são de cerca de 3% do rebanho; em um grave, alcançam de 30% a 50%. Há diminuição da produção leiteira e perda de peso, crescimento retardado e menor eficiência reprodutiva do gado. As propriedades são interditadas, a exportação dos produtos é dificultada e pode ser necessário sacrificar todo o rebanho.

Aprovado apoio ao setor de açúcar e álcool

Projeto que cria o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar (Proaf-Cana-de-açúcar), do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na semana passada. A proposta depende ainda de exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

No projeto (PLS 392/03), Renan destaca que o setor é estratégico para a economia e argumenta que o país tem possibilidade de exportar os excedentes para a Europa e o Japão, onde os compradores podem utilizar álcool misturado à gasolina para reduzir a poluição causada por veículos automotores.

Na mesma reunião, a CRA aprovou dois requerimentos da

senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para debater projetos em audiências públicas. Um deles, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), destina para a reforma agrária terras em que seja identificado trabalho escravo ou infantil, com cultivo de drogas ou objeto de crime ambiental. O outro, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), cria o Programa Fronteira Agrícola Norte.



Gado vacinado em Mato Grosso: senadores criticaram falta de verbas para fiscalização sanitária, apontada em auditoria do TCU

Comissão apura contaminação de benzeno

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode participar da apuração do caso de contaminação por benzeno do lençol de águas subterrâneas na região de Sobradinho, no Distrito Federal. O presidente Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) designará relator para proposta de fiscalização e controle de sua iniciativa, com base em denúncia levada à comissão pelo Posto Brazuca contra a Petrobras.

O posto acusa a estatal de ter causado o problema, que levou as autoridades de saúde e de meio ambiente a determinarem, desde a última semana, que a população da área suspenda o consumo de água coletada de fontes subterrâneas. Os moradores devem utilizar água mineral enquanto estiver sendo apurada a extensão dos danos e corrigido o problema.

Na mesma reunião, a CMA aprovou parecer da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) com recomendação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) reveja a estratégia de apuração de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, então denominada Seter.

Os fatos sob investigação, relativos ao exercício de 1999, envolvem indícios de favorecimento e improbidade administrativa sobre montante de verbas da ordem de R\$ 24,486 milhões.

Serys pede a revisão de decisão do TCU de dezembro de 2000, que determinou investigação em cada uma das 49 entidades contratadas pela Seter para execução dos projetos de treinamento e capacitação de trabalhadores. Para a senadora, a decisão pode ser compreendida como

uma postergação das medidas que devem ser adotadas.

A CMA acolheu ainda requerimento para a realização de audiência pública para debater a atuação do Departamento Nacional de Propriedade Industrial (DNPI) em relação aos processos de concessão de patentes.



Quintanilha propôs acompanhamento de contaminação por benzeno no DF

COMISSÕES



Com o presidente do Senado, Renan Calheiros (E), líderes buscam acordo sobre a matéria

Governo atua para resgatar MP do Bem

Mais uma cartada de alto risco será dada pelo governo para resuscitar a chamada MP do Bem, que expirou no último dia 13 de outubro. Uma nova rodada de negociações entre os líderes partidários das duas Casas do Congresso nesta terça-feira, a terceira desde a semana passada, selará o destino da Medida Provisória 255, já transformada em projeto de lei de conversão (PLV 25/05), que está trancando a pauta do Senado. Ou ela será examinada como veio da Câmara, concedendo prazo até 30 de dezembro para que os participantes dos fundos de previdência complementar escolham o regime tributário ao qual serão submetidos, ou abrigrará acordo para reviver os benefícios fiscais da MP do Bem.

Além de vencer as resistências da oposição, especialmente do PFL, o acordo terá de envolver as duas Casas. Pelos cálculos do governo, a MP precisa ser votada ainda nesta terça-feira no Senado, a tempo de retornar à Câmara para ser examinada na quarta ou quinta-feira. "O prazo é exíguo porque a MP 255 vence no fim do mês", diz o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que se empenha

em fechar esse acerto agora porque a outra opção é mais complicada – a MP 258/05, que criou a Receita Federal do Brasil, unificando a arrecadação fiscal e a previdenciária, que enfrenta divergências políticas na Câmara e disputas entre categorias do mesmo órgão.

Os obstáculos que estão dificultando o entendimento entre governistas e oposicionistas são os mesmos que provocaram a derrubada da MP do Bem no Plenário da Câmara, no último dia 11. O governo não aceita dobrar os limites de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples, sistema que unificou seis tributos federais, com alíquotas que variam de 3% a 6%, conforme o setor e o porte da companhia. A oposição não abre mão desse reajuste.

Aprovada por meio de destaque ao relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG) e mantida na última hora pelo relator revisor, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a medida impõe elevada perda fiscal e "enterra", segundo Mercadante, o projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas que tra-

mita na Câmara.

O líder chegou a apresentar proposta alternativa, com teto de R\$ 1,8 milhão para pequenas empresas (inferior aos R\$ 2,4 milhões autorizados pelos congressistas), e alíquotas progressivas. Ainda não há acordo sobre o reajuste.

A outra questão sensível já tem desfecho, pelo menos no que depender do relator da MP 255, senador Amir Lando (PMDB-RO). Após negociações com líderes no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, o relator decidiu não incluir no seu parecer a Emenda 27, apresentada por Jucá a pedido da Casa Civil, o que emperrou a votação na Câmara. Para o líder José Agripino (PFL-RN), esse dispositivo foi parte do "saco de fel" incluído na MP do Bem. A emenda, na prática, pode adiar de 60 dias para até dois anos o pagamento de causas de pequeno valor (até 60 salários mínimos ou R\$ 18 mil), decididas pelos juizados especiais contra a União. Ela despertou a ira dos oposicionistas, por atingir diretamente aposentados e os pensionistas.

Prazo preocupa Mercadante, visto que a medida vence no fim do mês

Benefícios originais já estão acertados

Existe entendimento entre oposição e governo para manter os benefícios fiscais originais da MP 252, a chamada MP do Bem, como os estímulos aos investimentos das empresas exportadoras e de *software* e serviços de tecnologia da informação. A medida prevê ainda a inclusão digital da população de baixa renda, os incentivos à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional, a desoneração da construção civil, entre outros.

Mas ainda não há clareza

sobre vários pontos que foram incluídos na Câmara e no Senado. Além do reajuste do Simples e condições para a União pagar as causas de pequeno valor, o mais controverso é a substituição do indexador na correção do novo parcelamento em até 240 meses das dívidas das prefeituras junto à Previdência, principal mudança aprovada no Senado. O governo quer manter a Selic, sustentando que a troca provocará descasamento de índices, e a oposição insiste na TJLP, com variação inferior à

taxa básica de juros.

Há pelo menos uma proposta nova, que não chegou a ser aprovada em nenhuma das duas Casas: a tributação dos profissionais liberais que prestam serviço na condição de pessoas jurídicas. As empresas de comunicação, que lideram o *lobby*, pressionam para regularizar o que se apelidou de "zona cinzenta" entre o que é pessoa física e jurídica para efeito de tributação. A Receita Federal propôs um regime tributário especial para esses casos.

Mais recursos para emendas individuais

Se a Comissão Mista de Orçamento aprovar nesta terça-feira o parecer preliminar do deputado Carlito Merss (PT-SC), os parlamentares contarão com R\$ 4 milhões para suas 20 emendas individuais. Ou seja, R\$ 500 mil a mais do que no ano passado, o que deve custar cerca de R\$ 300 milhões adicionais no Orçamento de 2006 para o atendimento de projetos que estão ligados às bases municipais de deputados e senadores.

No entanto, isso não deve resultar em impacto extra nas despesas orçadas pelo governo para atender aos

prelitos dos parlamentares. O relator pretende compensar a elevação do teto para as emendas individuais com a diminuição de recursos para as emendas coletivas, ficando dentro dos R\$ 3,1 bilhões reservados pelo Executivo no projeto de lei que encaminhou ao Congresso.

Desse total alocado na reserva de contingência, rubrica orçamentária em que se faz essa previsão, as emendas individuais, que consumiriam R\$ 2,1 bilhões na projeção inicial, devem levar

R\$ 2,4 bilhões depois dessa modificação. Outra novidade apresentada no parecer, que deverá ser votado nesta terça-feira, é a exigência de que as emendas individuais identifiquem as entidades privadas (como as ONGs) que irão receber os recursos, quando se tratarem de transferências voluntárias.

A nova regra, que colabora para a transparência orçamentária, impede emendas genéricas, apelidadas de "guarda-chuvas", com o valor rateado depois da aprovação do Orçamento sem conhecimento prévio dos beneficiários. A exigência de identificação só será dispensada para as prefeituras, porque se pressupõe que a fiscalização seja realizada no âmbito municipal.

Para emendas coletivas, será cobrada a relação custo/benefício do recurso aplicado. No caso das que mudarem investimentos em infra-estrutura do chamado Projeto Piloto, segundo acordo com o FMI para não ser computado no superávit fiscal, haverá necessidade de demonstrar o retorno econômico-financeiro.

Comissão Mista de Orçamento examina parecer preliminar

Aplicações de fundos regionais podem ser analisadas pela CMO

O programa de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) passará a ser examinado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). É o que determina substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ao projeto de lei (PLS 142/01) do senador Jefferson Péres (PDT-AM), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A Lei 7.827/89, atualmente em vigor, determina que os programas, encaminhados pelos conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento de cada região, sejam analisados apenas pelo Ministério da Integração Nacional.

O substitutivo determina também que os relatórios das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos

fundos em cada uma dessas três regiões também sejam encaminhados à CMO, para fiscalização e controle. Esses relatórios deverão estar acompanhados das demonstrações contábeis, devidamente auditadas.

Segundo Tourinho, "trata-se de um ajustamento legislativo de plena conveniência". Para Jefferson Péres, autor do projeto original, as alterações propostas visam conferir maior efetividade às funções de controle e, em consequência, de planejamento, que a Constituição delegou ao Congresso Nacional. A matéria será ainda submetida a turno suplementar.

A CDR deve discutir, na reunião da quinta-feira, substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto de lei da Presidência da República (PLC 59/04) que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).



CDR, presidida por Tasso Jereissati (D), discute substitutivo de Antonio Carlos a projeto do Executivo que recria a Sudene

ORÇAMENTO Grupo de trabalho vai propor medidas para simplificar as relações entre cidadãos, empresa e Estado

Educação debate pesquisa universitária

A constituição de um fundo para a pesquisa universitária foi considerada melhor alternativa para o desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil que a criação de uma fundação, como estabelece projeto do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações. Esse foi o consenso entre os participantes da audiência pública promovida na terça-feira pela Comissão de Educação (CE) para discutir a matéria, conforme requerimento do relator, senador Flávio Arns (PT-PR).

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luís Manoel Rebelo Fernandes, apontou como uma das vantagens do fundo a sua estrutura enxuta. Ele questionou a exigência de contribuição dos centros universitários para o fundo, porque esses não realizam pesquisa.

O presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Eduardo Stóropoli, argumentou ser elevado o percentual proposto para a contribuição das faculdades, acrescentando que os valores poderiam ser repassados às mensalidades.

O padre José Marini, presidente da Associação de Mantenedoras das Escolas Católicas do Brasil, apelou para que a proposta seja discutida amplamente com o meio acadêmico e apresentou estudo da entidade apontando inconstitucionalidades no projeto.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da CE, enfatizou que a comissão ainda realizará outras audiências sobre a proposta, para que não seja criada uma legislação impositiva, sem que todos os envolvidos manifestem suas opiniões.

Camata diz que a CE vai ouvir todos os interessados na questão

Entidades de teatro e dança formulam reivindicações

Representantes de entidades teatrais e de dança de todo o país entregaram na quinta-feira ao presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), documento com as principais reivindicações do setor.

Para debater o assunto, a subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), poderá realizar audiência pública, na primeira quinzena de novembro, com os ministros da Cultura, da Fazenda e do Planejamento, além de representantes da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e do setor artístico.

No documento com oito itens, assinado por 118 entida-

des, os artistas solicitam a liberação dos recursos previstos no Orçamento e contingenciados pelo Executivo, bem como o aumento, de 0,38% para 2%, do percentual dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Cultura. Eles querem ainda revisão tributária para as empresas que atuam em produção cultural.

Sérgio Cabral anunciou que vai apresentar emenda à proposta de Orçamento da União destinando verbas aos prêmios Myriam Muniz e Klaus Viana – que incentivam o teatro e a dança, respectivamente. Ele disse também que vai propor projeto de lei específico para a área teatral, com dotação orçamentária própria.

Propaganda de bebida alcoólica provoca debate

O coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, sugeriu quarta-feira, em audiência na Comissão de Educação (CE), restrições de horário e de conteúdo à propaganda de bebidas alcoólicas pelas emissoras de rádio e televisão.

Já o diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja, Luiz Eduardo Osório, afirmou que a propaganda tem "pouco ou nenhum efeito" no total do consumo. A audiência contou com a participação de outros debatedores.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), autor de um dos projetos em discussão, disse ter obtido durante o debate o argumento de que precisava para defender a proibição da propaganda nos dois veículos.

Filme mostra realidade da emigração ilegal

Por iniciativa do presidente da CPI da Emigração Ilegal, Marcelo Crivella (PMR-RJ), foi exibido na quinta-feira, no Senado, o filme *A Fronteira*, com a presença do diretor, Roberto Carminati. A película expõe o drama de emigrantes brasileiros que tentam entrar nos Estados Unidos pela fronteira com o México e termina com a mensagem de que no Brasil a vida pode ser melhor para eles.

– É um filme dramático porque mostra a realidade dos brasileiros, que tentando fugir da crise, a pior da história recente, acabam vivendo casos de estupro, marginalização e degradação. O enredo do filme é muito coerente com o que vi – afirmou o senador.

Senado inicia luta contra a burocracia

Em solenidade realizada na terça-feira, no gabinete da Presidência do Senado, Renan Calheiros instalou o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas. O grupo é presidido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e tem ainda como integrantes os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Criado pelo Ato do Presidente 79/05, o grupo deverá apresentar em 30 dias sugestões de aperfeiçoamentos institucionais e legislativos visando eliminar ou reduzir trâmites burocráticos nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. Também vai propor medidas para tratamento jurídico diferenciado às pequenas e microempresas. Estão previstas audiências públicas com especialistas, autoridades e técnicos do governo federal e representantes da sociedade civil. A esse conjunto de medidas será dado o nome de Estatuto da Desburocratização.

Bezerra assinalou que, segundo o Banco Mundial, são necessários 152 dias para se abrir uma



Renan afirma que União, municípios e estados criam, por dia, 36 normas tributárias, muitas delas repetindo dispositivos existentes

empresa no Brasil, enquanto na Nova Zelândia o prazo não passa de dois dias. Ele disse que o país perde quase 5% do produto interno bruto (PIB) com o custo Brasil, jogando quase 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade.

– O prazo é curto, mas vamos fazer grande esforço para produzir aquilo que for possível. Entendo que precisamos de mais tempo, mas asseguro que, em 30 dias, traremos alguma contribuição, por exemplo, em relação a esse processo de abertura de

empresa, que é uma vergonha para o país – disse.

Renan Calheiros ressaltou que "o Brasil, compreendidos União, estados e municípios, cria 36 normas tributárias por dia".

– Assim, desde a Constituição de 1988, o país já criou mais de 225 mil normas versando sobre tributos, taxas e contribuições. Das 36 normas surgidas diariamente, quatro são de responsabilidade da União. Muitas delas trazem exigências contidas em procedimentos já existentes – observou Renan.

Recursos para regularização de terras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou terça-feira parecer favorável à mensagem presidencial que solicita autorização para a contratação, pelo Executivo, de crédito externo no valor de US\$ 10,8 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos serão usados no financiamento parcial do pro-

grama de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que prevê a contrapartida de recursos da União e dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo. O projeto de resolução oriundo da mensagem seguiu para o Plenário.



César Borges pede vista de mensagem sobre empréstimo para investimento em habitação

De acordo com o parecer do relator, senador Sibá Machado (PT-AC), o programa será dirigido prioritariamente a pequenos agricultores familiares, com o objetivo de constituir um cadastro nacional de imóveis rurais de uso múltiplo.

A CAE concedeu vista ao senador César Borges (PFL-BA) para a mensagem em que o Poder Executivo requer autorização para contrair empréstimo de US\$ 502,5 milhões junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Embora o relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS),

tenha destacado que o crédito seria utilizado para investimentos em habitação, César Borges apontou incoerências na matéria e afirmou que o governo não dispõe de política habitacional consistente para a população de baixa renda.

Presidente do BC comparecerá a audiência pública

Dois requerimentos convocando audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gilberto Goellner (PFL-MT), foram aprovados na terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A audiência deve ocorrer na primeira semana de novembro, segundo previsão dos senadores do colegiado.

Suplicy pretende que Henrique Meirelles fale ao colegiado

sobre as leis que beneficiam os aposentados e pensionistas do Banespa. Já Gilberto Goellner deseja explicações a respeito da liquidação do Banco Santos.

A comissão também acolheu requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) solicitando audiência com o procurador-geral da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Rêgo Brandão, e um representante do Ministério da Fazenda, para debater o projeto que trata da certificação e utilização de créditos oriundos de

precatórios judiciais.

A CAE decidiu pedir a manifestação prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quanto à constitucionalidade e juridicidade de projeto sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos (PLC 04/05). E aprovou o encaminhamento à Mesa de requerimento ao Executivo cobrando dados atualizados sobre a mensagem que trata da elevação temporária do limite de endividamento da Petrobras.

COMISSÕES



Antonio Carlos Magalhães preside reunião da CCJ: projeto aprovado coíbe abusos nos contratos

Terceirização ganha regras mais severas

A administração pública passará a ter limites mais rígidos para contratar empresas terceirizadas. É o que determina substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que altera projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A matéria, que será apreciada pela Câmara, estabelece normas gerais para a contratação, pela administração pública, de empresas prestadoras de serviços terceirizados, com utilização de mão-de-obra própria (PLS 344/04).

Segundo Rodolpho Tourinho, o Decreto 2.271/97, que regula-

menta a matéria, “é incompleto”. Ele afirma que a proposta teve origem nas denúncias de contratações indevidas e nas inúmeras ações civis públicas do Ministério Público para tentar conter abusos.

Do nepotismo ao superfaturamento

– Tais práticas, segundo as denúncias, vão desde superfaturamento de preços, contratação de parentes, fuga ao princípio do mérito pela não realização de concursos públicos, até desvios de função, transferência de atividades típicas do Estado, e assim por diante – explicou Tourinho na justificativa do projeto de lei.

O substitutivo altera a Lei das Licitações (8.666/93), para proibir a terceirização de atividades executadas por funcionários concursados da instituição, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto no quadro de pessoal. Pela proposta, também não poderão ser objeto de terceirização atividades típicas do Estado, como as de julgar, legislar, tributar ou aquelas inerentes ao poder de polícia.

O projeto determina ainda que as atividades terceirizadas sejam contratadas por tempo determinado, não superior a dois anos, prorrogável por igual período, desde que comprovada a necessidade.

Regras mais rígidas para adoção por estrangeiros

A CCJ aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 314/04) da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que amplia de 15 para 30 dias o prazo mínimo de estágio de convivência em território nacional, para a adoção de criança brasileira por estrangeiro que reside fora do país.

Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o prazo mínimo é de 15 dias para crianças até dois anos e 30 dias quando se tratar de adotando com mais de dois

anos de idade. Segundo Patrícia Saboya, o projeto aperfeiçoa a legislação em relação à adoção internacional. Agora a matéria será apreciada pela Câmara dos Deputados.

Para a senadora, o ideal seria que as crianças brasileiras sem família fossem adotadas no país, mas como isso nem sempre é possível, é preciso assegurar que

sejam bem tratadas pelos pais estrangeiros.

– Especialmente porque se trata de conceder vida digna à criança ou ao adolescente, não se deve descuidar de sua segurança – afirmou Patrícia Saboya.

O projeto também torna obrigatório que a adoção internacional

seja condicionada a estudo prévio e análise de comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente.

O texto da legislação em vigor apenas faculta esse estudo pela comissão estadual.

Ao apresentar parecer favorável ao projeto, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou que a lei assegura “mais uma providência com a finalidade de dar à criança e ao adolescente maior segurança em casos de adoções internacionais”.

É preciso assegurar que crianças sejam bem tratadas por estrangeiros

Livros em braille podem ter distribuição gratuita

Projeto que obriga o poder público e seus órgãos a assegurar aos portadores de deficiência visual livros culturais e didáticos, inclusive de 3º grau, impressos em braille, foi aprovado em decisão terminativa pela CCJ. A matéria segue para a Câmara.

O substitutivo da senadora Serys Shessarenko (PT-MT) ao projeto de lei (PLS 224/00) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), altera o artigo 2º da Lei 7.853/89 e determina que esses impressos serão distribuídos gratuitamente ou a preço de custo.

O projeto original determinava que 0,5% da edição de livros e revistas de grande circulação no Brasil deveriam ser obrigatoriamente editados em braille. Ao modificá-lo, a relatora explicou que a obrigação legal de imprimir em braille 0,5% das tiragens de livros e revistas oneraria muito o custo das editoras, pois elas teriam que adquirir equipamento próprio

para esse tipo de impressão e pessoal especializado na transposição de textos em braille.

– No Brasil, onde raramente a tiragem de um livro excede 3 mil exemplares, a impressão em anaglifotografia de 0,5%, ou seja, de 15 exemplares, tornaria o empreendimento antieconômico, colocando em risco a sobrevivência das editoras de pequeno e médio porte – explicou Serys.

Licença-maternidade em caso de adoção

A CCJ aprovou também a redação, para votação em segundo turno, do substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 31/00) que permite a concessão de licença-maternidade em caso de adoção. A matéria, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), recebeu emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), permitindo também a licença-paternidade.

Projeto coíbe uso de dinheiro do crime

Acusados de envolvimento no crime organizado e no tráfico de drogas poderão passar a ser representados por defensores dativos, nomeados pela Justiça, caso não consigam comprovar a origem lícita dos recursos para pagar os advogados que escolherem. A medida foi aprovada, em decisão terminativa, pela CCJ. O PLS 282/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-

BA), faculta ao réu contratar profissional com recursos lícitos de terceiros.

– Trata-se de medida necessária para coibir os abusos verificados quando grandes criminosos valem-se do produto de seus crimes para pagar honorários milionários a advogados, que, sem levar em conta princípios éticos e morais, dão prevalência a interesses pesso-

ais e vantagens materiais, ainda que de procedência criminosa – afirmou Antonio Carlos.

O texto, que será enviado à Câmara, discrimina os demais tipos de crime, como “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional e contra a administração pública que produzam prejuízo ao erário.

Fernando Henrique teve caixa dois, diz banqueiro

O ex-proprietário do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, depôs na quarta-feira na subcomissão, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, que investiga liquidações de instituições financeiras ocorridas a partir de 1996. Segundo a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), Andrade Vieira declarou que houve esquema de caixa dois para financiar as campanhas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998.

– Perguntei se a empresa do Bamerindus, a Inpacel, era a principal doadora da campanha do FHC e ele disse que “oficialmente”, sim. Ele confirmou, sem ter provas, a existência do caixa

dois – afirmou Ana Júlia.

O presidente da subcomissão, Aelton Freitas (PL-MG), decidiu enviar o depoimento às CPIs dos Correios e do Mensalão.

Andrade Vieira acusa o Banco Central de ter favorecido instituições internacionais. “A administração pública foi a responsável pela debacle do segundo maior banco do país”, diz. “As autoridades deixaram de investir R\$ 400 milhões em 1996 para manter o Bamerindus em operação líquida e saudável e, em contrapartida, criaram um emaranhado de operações ilegais, gastando mais de R\$ 7 bilhões para entregar o banco ao HSBC”, completa.

Adversários do Ato Médico se encontram com Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) reuniu-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com mais de 30 representantes da área de saúde contrários ao projeto de lei do Senado (PLS 25/02) conhecido como Ato Médico. Estavam presentes dois juristas convidados e a coordenadora da Frente Nacional pela Rejeição do PLS 25/02, Maria Thereza Rezende, para discutir e entregar propostas ao substitutivo da senadora ao projeto.

A reunião durou cerca de três horas e contou com participações exaltadas, como a do



Lúcia Vânia (C), ao lado de Maria Thereza, do Conselho de Fonoaudiologia, prometeu mais debates sobre o Ato Médico

diretor da Federação Nacional dos Enfermeiros, Pedro de Jesus Silva, segundo o qual os médicos estão “legislando” de acordo com o ato antes mesmo que ele entre em vigor, tomando medidas como não permitir ou dificultar cursos de pós-graduação em Medicina para outros profissionais da saúde.

Na opinião de Lúcia Vânia, a reunião foi muito importante, pois o fórum contra o ato levou sugestões por escrito para o substitutivo. Segundo a senadora, haverá ainda este mês mais uma reunião para discussão na qual, pela primeira vez, os grupos contrários e favoráveis ao PLS estarão presentes.

PLENÁRIO

Instituição da Timemania é revogada por outra MP

O Senado aprovou na quarta-feira medida provisória (MP 254/05) que revogou outra medida (MP 249/05), editada em maio, que instituiu a loteria Timemania, destinada a arrecadar recursos para o pagamento de dívidas de clubes de futebol com o governo.

Segundo o relator-revisor, senador José Maranhão (PMDB-PB), que apresentou parecer de Plenário favorável ao projeto, a criação da loteria por meio de medida provisória causou polêmica no Congresso

Nacional, diante da falta dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Por isso, disse o relator, o governo federal entendeu que a loteria deveria ser discutida por meio de projeto de lei e editou uma nova MP revogando a primeira. A matéria segue agora à promulgação.

Um projeto que dispõe sobre a criação da loteria tramita, atualmente, na Câmara, na forma do PL 5.524/05, de autoria do deputado Pedro Canedo (PP-GO).

Aprovada prorrogação de prazos do Estatuto do Desarmamento

Foi prorrogado para 23 de dezembro o prazo para que residentes em áreas rurais possam comprovar dependência de emprego de arma de fogo para prover a subsistência familiar e requeiram porte na categoria "caçador". A decisão foi tomada pelo Plenário do Senado na quarta-feira, quando foi aprovado projeto de lei de conversão (PLV 24/05) sobre medida provisória (MP 253/05) que alterou prazos estabelecidos pelo Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). O projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Foi confirmado, no entanto, o dia 23 de outubro como prazo final para possuidores e proprietários de armas de fogo

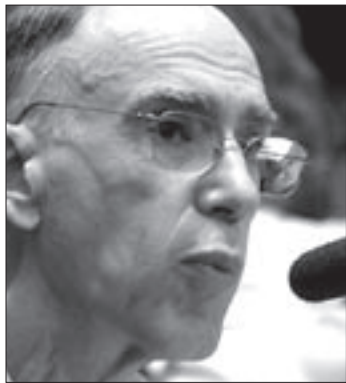
não registradas solicitarem registro mediante comprovação de origem lícita de posse ou entregá-las à Polícia Federal, com possibilidade de indenização.

O relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), proferiu parecer de Plenário favoravelmente ao projeto. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) reiterou o parecer, lembrando que residentes de zona rural precisam usar armas de fogo para sobreviver. Por sua vez, o senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) opinou que de nada adiantará a exceção adotada para residentes rurais na categoria "caçador", uma vez que a caça é proibida no Brasil.

Maciel quer votação separada no Senado e na Câmara para vetos

Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que apresentou proposta de emenda constitucional destinada a mudar a forma de votação dos vetos presidenciais a projetos aprovados pelos parlamentares, que atualmente deve ocorrer em sessão do Congresso, que reúne ao mesmo tempo deputados e senadores.

O senador quer votação separada no Senado e na Câmara, o que pode resolver um impasse que já dura anos: o acúmulo de vetos. Conforme Maciel, o Congresso tem sido omisso na apreciação dos vetos, já existindo mais de 500 deles à espera de votação. O problema se torna difícil de contornar porque essas votações exigem, no mínimo, a metade dos deputados e senadores na sessão do Congresso, um quórum elevado e que nem sempre é obtido.



Proposta de emenda constitucional de Marco Maciel muda apreciação

Se aprovada a mudança constitucional, aumentam as chances de votação dos vetos, o que eleva a segurança jurídica no país, ponderou Maciel. Ele lembrou que os vetos teriam de ser apreciados pelo Congresso em 30 dias a contar do seu recebimento da Presidência da República.

Cristovam alerta sobre ameaças à soberania

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção para problemas que, segundo ele, ameaçam a soberania do Brasil. O senador destacou a segurança nacional, a excessiva concentração de renda, o déficit educacional, o atraso científico e a baixa competitividade econômica como questões que precisam ser resolvidas com urgência.

– Não quero ser acusado um dia de não ter falado dessas "insignificâncias". Lamento tomar o tempo do Senado em um momento de mensalões, CPIs, cassações, bingos e tantas coisas "mais importantes".

Cristovam preveniu que a soberania nacional começa a ser ameaçada pela quantidade de bases militares estrangeiras que estão sendo criadas perto das fronteiras nacionais. Ele exemplificou apontando as bases aéreas norte-americanas na Colômbia

e no Paraguai. Quanto à exclusão social no país, o senador avaliou que a alta concentração de renda nas mãos de pequena parte da população é praticamente um "genocídio coletivo" da população mais pobre. Para ele, essa desigualdade social está conduzindo o país a se dividir em duas castas, situação que pode provocar a destruição do "tecido nacional".

O parlamentar indicou ainda a precariedade do sistema educacional público brasileiro – em que os professores são mal pagos e mal preparados e as escolas mal equipadas – como outro problema que trará prejuízos ao país. Como conseqüências desse déficit na educação, Cristo-



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Segurança nacional e exclusão social são algumas questões citadas por Cristovam

vam apontou o atraso do Brasil na pesquisa científica e a perda de competitividade do produto nacional frente aos importados.

Ele também lamentou o intenso desmatamento da Amazônia e a seca que atualmente assola a região.

Maranhão: Brasil está atrás em tecnologia

José Maranhão (PMDB-PB) traçou um quadro comparativo entre o Brasil e a Coreia do Sul nas últimas décadas para demonstrar o quanto o país se atrasou no desenvolvimento científico-tecnológico em relação a países emergentes e aos chamados tigres asiáticos. O senador lamentou o pouco investimento dos governos brasileiros na tec-

nologia de ponta nos últimos 30 anos e elogiou os resultados obtidos pela Coreia do Sul.

Maranhão lembrou que em 1960 a Coreia do Sul registrava índices de desenvolvimento econômicos e sociais menores que o Brasil e que aquele país se expandiu investindo, prioritariamente, em educação.

– A Coreia incentivou escolas

técnicas. Jovens que lutaram na guerra das Coreias, nos anos 50, foram, posteriormente, qualificados em escolas de ensino médio para prestarem serviços à indústria diretamente – disse, ao mencionar que no Brasil se dá mais valor à criação de "faculdades desnecessárias", que só atendem 25% da população de estudantes que saem do nível médio.

Saturnino critica inversão de prioridades

Roberto Saturnino (PT-RJ) criticou a inversão de prioridades no atual governo, que privilegiaria o pagamento de juros em detrimento de investimentos sociais, e cobrou políticas públicas para diminuir o fosso das desigualdades sociais no país.

O senador considerou fundamental a participação do Congresso no restabelecimento das

prioridades pelo governo. Ele condenou gastos anuais de R\$ 150 bilhões com pagamento de juros e destacou a educação entre os setores que deveriam absorver os investimentos prioritários à mudança na estrutura social do país.

Saturnino também mostrou-se preocupado com críticas de setores das classes média e alta do Rio de Janeiro a programas so-

ciais nas favelas, como o Favela Bairro, da prefeitura do Rio, destinado a melhorar as condições de vida dos moradores dessas áreas. A reação de cariocas mais abastados a esses programas, que atrairiam ainda mais carentes às favelas beneficiadas, seria motivada pelo interesse de afastar essa população da zona sul da cidade.

Zambiasi relata reunião da Frente em Defesa do Carvão

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez um relato da reunião realizada na terça-feira entre a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, que ele próprio preside, e o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

Segundo o senador, Rondeau expressou disposição de viabilizar o carvão como importante fonte da matriz energética brasileira, bem como promover estudos e o desenvolvimento tecnológico da área. O ministro recebeu ainda um documento contendo as propostas do setor.

Fátima Cleide ressalta iniciativa da CUT

Fátima Cleide (PT-RO) informou ao Plenário que representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) vêm percorrendo gabinetes de parlamentares defendendo a Agenda dos Trabalhadores, uma lista de prioridades da entidade. A agenda, disse a senadora, é uma preparação para a 2ª Marcha Nacional em defesa do salário mínimo e da redução da jornada de trabalho, a ser realizada no fim de novembro.

PIAÚÍ - Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou a comemoração, na quarta-feira, do Dia do Piauí, referindo-se à batalha travada entre brasileiros e portugueses, às margens do rio Jenipapo, em que cerca de 500 brasileiros morreram em defesa da independência do país, proclamada em 7 de setembro de 1822. O senador considerou importante que os brasileiros, especialmente os jovens, conheçam essa parte da história. Alberto Silva cumprimentou os piauienses pela passagem da data e destacou a ação dos heróis.

MUDANÇA - Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) registrou sua entrada no Partido da Social Democracia Brasileira, destacando ser esse um momento especial para sua vida política. O senador ressaltou "a forte representatividade e as inúmeras conquistas" da legenda. Ele explicou que deixou o PDT por questões regionais que impossibilitaram sua permanência no partido. Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou satisfação em receber Juvêncio nos quadros do PSDB, por seu espírito público e conhecimento profundo dos problemas do estado de Mato Grosso do Sul.

EMPRÉSTIMO - João Capiberibe (PSB-AP) fez um apelo em Plenário, na quarta-feira, para que os senadores votem com rapidez o projeto que viabiliza empréstimo de US\$ 30 milhões oriundos do Banco Mundial para aplicação em programas de combate à pobreza no estado do Maranhão. – O Maranhão precisa com urgência desse dinheiro – afirmou o senador. Conforme Capiberibe, a matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima semana.

PLENÁRIO

Estiagem no Norte é alvo de debates

Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou, na sexta-feira, a atuação do Ministério da Integração Nacional no atendimento emergencial aos municípios atingidos pela seca no Amazonas e Pará. O senador informou que o governador do Pará, Simão Jatene, iniciou um levantamento do número de pessoas que receberão mantimentos distribuídos pelos técnicos da Defesa Civil na região.

Na avaliação de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), a poluição, o desmatamento em percentuais significativos e outras agressões à natureza que acontecem em nível global podem influenciar no nível de chuvas da Amazônia.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) alertou que a estiagem na Amazônia está levando “os aproveitadores de sempre” a atribuir a seca ao desmatamento.

– Em 1963, a Amazônia teve uma estiagem muito mais forte que agora e, na época, a floresta estava intacta. A verdade é que ninguém pode dizer com segurança qual a causa da seca da região.

Para José Agripino (PFL-RN), o governo não está preocupado com a seca que atinge os rios da



Senadores apontam diversas causas para seca que atinge municípios da região Norte, como o de Manaquiri, no Amazonas

Amazônica. Ele considera que falta ação do governo e que isso se deve “à incompetência do presidente Lula e do seu partido”. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o governo por não tomar as providências necessárias para amenizar o sofrimento das populações afetadas pela seca na Amazônia, enquanto Jefferson

Péres (PDT-AM) registrou que a estiagem estava prevista havia pelo menos um mês.

Já Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou na terça-feira que recebeu garantias do ministro Ciro Gomes de que os benefícios dados ao Amazonas, em função da seca, serão estendidos aos outros estados da região Norte.

Seca na Amazônia

O governo do Amazonas decretou, no dia 14, estado de calamidade pública em todos os municípios do interior do estado. Rios, lagos e várzeas atingiram o nível mais baixo já registrado, sendo que muitos secaram e outros parecem apenas córregos de lama. É comum haver variação no nível dos rios entre o período anual de seca e o de cheia, mas estiagens fortes como a que está ocorrendo este ano só são observadas aproximadamente a cada 40 anos. Para especialistas, esse intervalo tende a diminuir.

A razão da severa estiagem deste ano ainda não é certa. Meteorologistas do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

estudam a hipótese de que as altas temperaturas no Oceano Atlântico, que levaram à formação de fortes furacões como o Katrina e o Rita, possam estar mudando a circulação do ar sobre a Amazônia. Também segundo o Sipam, o fenômeno tem sido observado nos últimos quatro meses. Outubro é um mês de transição entre a estação seca e a estação chuvosa, e em novembro e dezembro as condições podem se normalizar. A tendência é que a estação chuvosa ocorra normalmente.

Com graves conseqüências para a população, a seca impede o transporte fluvial, acarretando o aumento do preço das cargas. Algumas localidades

estão isoladas, só sendo possível chegar por helicóptero até comunidades ribeirinhas e indígenas.

O que restou nas fontes naturais está contaminado por peixes mortos pela falta de água, e é necessário purificá-la com hipoclorito de sódio para garantir a saúde das pessoas. Com o enfraquecimento físico da população, há aumento nos casos de doenças contagiosas, sobretudo malária, hepatite e rotavírus. As ações do governo estadual estão sendo feitas em parceria com as Forças Armadas, que ajudam a levar às comunidades isoladas alimentos, medicamentos, água potável e hipoclorito de sódio.

Transposição servirá para gerar caixa dois, diz César Borges

Para César Borges (PFL-BA), o principal objetivo do governo federal com as obras de transposição do rio São Francisco é a formação de caixa dois para utilizar na campanha política de 2006. O senador afirmou ainda não acreditar que a obra vá beneficiar 12 milhões de pessoas, como previsto no projeto original apresentado pelo governo. Segundo disse, os benefícios não alcançariam a 10% desse total.

Já Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a transposição, ressaltando que a obra vai permitir que muitas pessoas tenham acesso a água potável. Ele apresentou requerimento convidando o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para discutir o projeto no Plenário do Senado. Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu a realização de um plebiscito antes do início das obras. Defensor da transposição, Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou a decisão do presidente Lula e do ministro Ciro Gomes em dar continuidade ao projeto.

Antero critica cancelamento do programa BID-Pantanal

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) classificou o cancelamento do programa BID-Pantanal, que previa o investimento de cerca de 200 milhões de dólares em ações de preservação ambiental em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como “o mais duro golpe mortal deste governo”. Antero lembrou que o programa, lançado no governo Fernando Henrique e aprovado pelo Senado, beneficiaria 56 municípios apenas em Mato Grosso, inclusive a capital, Cuiabá. Nele estavam incluídas obras de saneamento básico e tratamento das águas despejadas nos rios do Pantanal, além de medidas para restringir o uso de agrotóxicos na região.

– O projeto BID-Pantanal morreu pela falta de interesse do governo do presidente Lula e dos governadores Zeca do PT e Blairo Maggi. O senador responsabilizou especialmente o governador de Mato Grosso, por, segundo ele, priorizar a expansão da lavoura de soja em detrimento do meio ambiente.

Quintanilha discursa como senador do PCdoB

Leomar Quintanilha (TO) fez na quinta-feira seu primeiro discurso após sua filiação ao PCdoB. O senador destacou o ideário histórico do partido, voltado para a justiça social, e ressaltou sua identificação com a sigla. Quintanilha, que saiu do PMDB para integrar o partido comunista, ao qual pertence também o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, evocou o nome de Luiz Carlos Prestes, que foi senador, como maior expoente da legenda que adotou.

Péres quer quarentena de dois anos para juízes

Projeto de Jefferson Péres (PDT-AM) muda a Lei de Inelegibilidades para determinar a todo juiz que se aposentar uma quarentena de dois anos para se candidatar em eleições. Sem citar nomes, o senador criticou magistrados que agem “como pré-candidatos” nos tribunais, pois a lei permite que eles renunciem em outubro”. Para ele, o período “irá coibir arroubos inaceitáveis de membros de tribunais que compõem a cúpula do Poder Judiciário”.

Alberto Silva defende orçamento impositivo

Alberto Silva (PMDB-PI) pediu o empenho dos demais senadores na formulação e aprovação de proposta que torne obrigatório o cumprimento do Orçamento. O senador criticou os freqüentes contingenciamentos das verbas orçamentárias pelo Executivo para compor o superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública e também defendeu a redução dos juros, para permitir corte nos impostos e aumento dos recursos destinados aos municípios e à segurança pública.

Garibaldi pede aumento do percentual do FPM

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu o aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Prevista na reforma tributária, a elevação, avalia, ajudaria a resolver a situação precária dessas unidades da Federação. O senador lamentou que, no Brasil, o Orçamento seja uma “peça de ficção”, já que o contingenciamento é cada vez maior, e criticou o fato de recursos que deveriam ser destinados à infra-estrutura estarem sendo usados para compor o superávit primário.

Senado homenageia Dia do Aviador com sessão especial

O Senado realizou na quinta-feira uma sessão em comemoração ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), que é celebrado em 23 de outubro. Essa data foi escolhida por ser a mesma em que o mineiro Alberto Santos Dumont realizou o primeiro vôo da História, em Paris, no ano de 1906.

A sessão foi realizada por requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG), que foi o primeiro a discursar, saudando a FAB, em especial a “bravura e as habilidades notáveis dos pilotos”, e a prosperidade da indústria nacional, com destaque para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Em

seguida, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), José Maranhão (PMDB-PB) e o presidente do Senado, Renan Calheiros, também destacaram a importância da Força Aérea Brasileira e sua atuação na 2ª Guerra Mundial e na vigilância da Amazônia.

Durante a sessão, estiveram presentes na Mesa representantes do Comando das Forças Armadas: o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos Bueno, o brigadeiro Sérgio Bambini, também da FAB, o general-de-exército Renato César Tibau da Costa, do Exército e o vice-almirante Newton Cardoso, da Marinha.



Representantes das Forças Armadas lotaram o Plenário na sessão em que foram ressaltados feitos históricos da aviação brasileira

PLENÁRIO

Tourinho comemora aprovação de projeto

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) agradeceu na sexta-feira, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a aprovação do parecer ao projeto de lei de sua autoria (PLS 218/04), que veda a cessão ou a transferência de jogador de futebol para clube estrangeiro quando houver campeonato nacional reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em andamento.

– Apesar do sucesso da se-

leção, nosso futebol vive sua maior crise. Além das denúncias de corrupção, a maioria dos grandes clubes do país tem problemas financeiros.

Tourinho também pediu solução rápida para a questão da contribuição previdenciária dos portadores de doenças incapacitantes. O parlamentar lembrou que o governo federal ficou de enviar ao Congresso lei regulamentando a questão.

Paulo Octávio: Brasília não pode ser tachada de corrupta

Brasília rejeita o rótulo de cidade corrupta que lhe vem sendo atribuído. A manifestação foi feita por Paulo Octávio (PFL-DF). Ele também condenou declarações da modelo Daniela Cicarelli, que teria confessado “roubar profissionalmente” no jogo de buraco, concluindo com a afirmação: “Parece que nasci em Brasília”.

– Ela demonstrou profundo desconhecimento da sociedade

candanga – reagiu. Ele frisou que a cidade paga o ônus de abrigar políticos de todo o país. E salientou que seus cidadãos são honestos, e nada têm a ver com erros de parlamentares.

– Existe aqui uma cidade de pessoas honestas, que trabalham e produzem.

Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que Brasília é uma cidade muito generosa e que recebe a todos muito bem.

Heloísa Helena: contribuição ao partido é opção

Heloísa Helena (PSOL-AL) analisou na sexta-feira as acusações de que o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) estaria exigindo contribuição compulsória de funcionários do seu gabinete. Ela afirmou que a contribuição financeira de militantes ao partido é de livre opção e não pode estar condicionada à ocupação de cargos. Na sua opinião, esse condicionamento configura “extorsão”.

Plano diretor das cidades deverão conter ciclovias

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que apresentará projeto alterando o Estatuto das Cidades e exigindo a inclusão de ciclovias (vias exclusivas para bicicletas) no plano diretor das cidades. O senador foi aplaudido por Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que informou que a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida em 0,5% pelo Copom.

Simon sugere moratória federativa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse na sexta-feira que o Brasil precisa assumir a missão de criar um sistema educacional à altura das suas necessidades, com valorização do magistério, do professor e do ensino básico. Simon sugeriu a adoção de “uma espécie de moratória federativa” para resolver o problema. Assim, a União assumiria, temporariamente, o planejamento das ações de Educação Básica, para mudar a realidade educacional brasileira.

– O governo federal, sempre em parceria com estados e municípios, agiria mais diretamente nos sistema estaduais e municipais de educação – assinalou.

Para o senador, as tentativas dos últimos governos para solucionar a questão foram

“oportunidades perdidas”. Exemplo disso é, de acordo com Simon, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado no governo Fernando Henrique, que “não resultou em um centavo a mais para o financiamento do ensino fundamental e básico”.

É impossível, observou, resolver o problema com o que chamou de “insensibilidade” da área econômica do governo, segundo ele,

refratária às propostas de ampliação dos investimentos na área.

O senador citou o Fundeb, contra o qual há o fato de que cerca



CÉLIO AZEVEDO

Simon propõe que a União assumia temporariamente a educação básica

de 75% dos recursos do Tesouro para o Ministério da Educação (MEC) estão reservados ao ensino superior.

Alberto Silva defende crianças no pré-escolar

Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a inclusão das crianças em idade pré-escolar nas políticas educacionais do governo.

– Não há pré-escolar regulamentado e as crianças entre dois e seis anos ficam sem escola – afirmou o senador.

Ele sugeriu que todas as propostas em tramitação que beneficiem crianças dessa idade sejam reunidas em um só projeto. E que o atual governo utilize a soja na merenda escolar, como forma de reforço alimentar para crianças de todas as idades.

Iris de Araújo condena política econômica do governo

Iris de Araújo (PMDB-GO) criticou a política econômica do governo, que “impede investimentos na área social e traz dificuldades à população”.

– Sabe-se que as medidas adotadas permitiram o aumento do superávit primário, o cumprimento dos compromissos com o FMI e a queda do risco Brasil. Mas tem sido às custas do sacrifício de todos os municípios que o país vem obtendo esses resultados – disse Iris.

Suassuna destaca visitas recebidas pelo Senado

Ney Suassuna (PMDB-PB) citou três visitas consideradas “importantes” feitas ao Senado semana passada: a de representantes de empresas que lutam contra pragas urbanas, com sugestões de regulamentação sanitária, a de cientistas que cobraram a regulamentação da Lei da Biossegurança e a do vice-ministro de Relações Exteriores do Irã, Saïd Jalili.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, foi condecorado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última sexta-feira, durante as comemorações do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB).

Na solenidade foi lançada campanha

em homenagem ao centenário, em 2006, do vôo do avião *14-Bis*, de Alberto Santos Dumont. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, esteve presente.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, também foi condecorado.

Renan diz que ainda é preciso combater racismo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira Doudou Diène, relator da Comissão de Direitos Humanos da ONU para questões de discriminação racial e xenofobia. Ao lado do senador Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da

Igualdade Racial, Renan falou que, apesar dos esforços do Legislativo para eliminar a discriminação no país, muitos avanços ainda precisam ser feitos. “O presidente disse que o problema ainda é profundo no Brasil”, disse Diène.

Curtas

CUT - Renan Calheiros recebeu quarta-feira o presidente da CUT, João Felício, e o deputado Vicentinho (PT-SP). João Felício cobrou a votação de matérias consideradas importantes para os trabalhadores, e Vicentinho pediu uma comissão mista para discutir a recuperação do salário mínimo.

IRÃ - Na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu o 1º vice-ministro de Relações do Irã, Saedi Jalili. Eles discutiram o incremento das relações entre os dois países.

BIOSSEGURANÇA - Acompanhado de 30 cientistas e professores, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu empenho do presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o governo envie ao Congresso o projeto que regulamenta a Lei da Biossegurança. “Isso está parado, o que preocupa produtores rurais e retarda a pesquisa”, disse Suassuna.

Presidente recebe proposta de regulamentação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira representantes da Federação das Associações de Empresas Controladoras de Vetores e Pragas que, com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lhe entregaram uma proposta de regulamentação do setor.

Eles disseram a Renan que as normas esparsas existentes para combater pragas e vetores precisam ser integradas e complementadas, a fim de que o Brasil aumente sua eficiência no controle de doenças urbanas e rurais.

Governador do Maranhão pede aprovação de projeto

O governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação de projeto que prevê a aplicação de US\$ 30 milhões do Banco Mundial e de US\$ 10 milhões do governo daquele estado no combate à pobreza. José Reinaldo alertou para o término, em novembro, do prazo para o estado receber os recursos do Banco Mundial. Renan prometeu que, se for pedida urgência, o projeto será imediatamente colocado em votação.

PLENÁRIO

Goellner defende o Grito das Estradas

Gilberto Goellner (PFL-MT) pediu aos demais senadores apoio ao pleito dos transportadores rodoviários de cargas que realizaram manifestação em Brasília na semana passada. O movimento, denominado Grito das Estradas, foi lançado pela Federação Nacional dos Caminhoneiros (Fenacam) com apoio de sindicatos e da Frente Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas, e tem por objetivo sensibilizar o governo para a adoção de medidas que reduzam as dificuldades enfrentadas pelo setor.

O senador disse que se o Ministério dos Transportes não aceitar as reivindicações da categoria a economia brasileira ficará comprometida com a paralisação do setor. Entre as reivindicações dos transportadores, Goellner citou



Goellner: se Ministério dos Transportes não aceitar exigências, paralisação do setor comprometerá economia brasileira

a destinação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a infra-estrutura das estradas, a redução do preço

do combustível, a recuperação e sinalização das rodovias, e a extinção definitiva das Autorizações Especiais de Trânsito (AETs).

Sistema tributário do país é cruel, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que o sistema tributário do Brasil é "cruel, ineficiente e responsável pela estagnação econômica que o país enfrenta". O senador lembrou que, ao assumir a Presidência da República em 2003, Lula prometeu uma grande reforma tributária. No entanto, disse, apenas algumas pequenas mudanças foram realizadas nos quase três anos do governo petista. O parlamentar reclamou também da queda, "ano após ano" dos índices de investimento do governo federal.

– Em suma, a sociedade é sangrada, mas não obtém serviços e obras públicas em contrapartida. O governo arrecada muito e gasta mal – avaliou Papaléo.

Segundo o senador, a União, estados e municípios arrecadaram juntos, em 2004, cerca de R\$ 650 bilhões. A previsão para este ano, conforme Papaléo, é de que a arrecadação com tributos chegue a R\$ 740 bilhões. Apesar desses números, observou, o governo repassa poucos recursos para estados e municípios. De acordo com Papaléo, o sistema tributário do país "não é justo, nem simples, nem neutro".

Papaléo citou os governos de Aécio Neves (MG) e Geraldo

Alckmin (SP) como exemplos a serem seguidos pelos governantes brasileiros. Na avaliação do senador, tais governadores tucanos conseguiram resultados positivos na arrecadação de impostos e na gestão do dinheiro público e aumentaram a taxa de investimentos de Minas Gerais e de São Paulo. Papaléo acredita que Aécio e Alckmin têm promovido "uma autêntica revolução silenciosa nas práticas administrativas brasileiras".

– Sem alarde, sem falsas promessas, o PSDB tem agido no sentido de tornar o Estado mais ágil e mais eficiente, cobrando menos tributos e gerindo melhor o que arrecada – concluiu.



Sociedade é sangrada e não recebe benefícios em contrapartida, diz Papaléo

Parlamentares engajadas na prevenção do câncer de mama

Um grupo formado por senadoras e deputadas de vários partidos está liderando a campanha "Amigas e Amigos do Peito – Mamógrafos Já", que pretende fazer com que cada parlamentar destine, em uma de suas emendas individuais, R\$ 150 mil para que os municípios brasileiros possam adquirir mamógrafos, equipamentos necessários ao diagnóstico do câncer de mama.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) salientou que as mulheres de baixa renda devem ter acesso gratuito ao exame com eficácia técnica, qualidade e precisão no diagnóstico, pois ele pode verificar a existência da doença ainda em estágio inicial.

– Os organismos apresentam o auto-exame como solução. Ele é importante, mas quando a mulher detecta a existência do tumor, isso significa que ele vem crescendo há mais de dez anos. A chance de mutilação dessa mulher é muito maior – explicou.

Consea apresenta projeto de segurança alimentar

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) apresentou na quarta-feira o projeto da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, durante seminário realizado no Auditório Petrônio Portela, no Senado. O evento contou com a participação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, de deputados federais e outras autoridades.

O projeto, elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 17 deste mês, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar com o objetivo de monitorar a situação nutricional da população.

Na avaliação de Suplicy, a proposta é importante porque poderá contribuir para a implantação de mecanismos que irão assegurar à população o repasse de informações adequadas sobre alimentação.

O presidente do Consea, Chico Menezes, ressaltou que o projeto da Lei Orgânica da Segurança

Alimentar e Nutricional foi feito com a participação da sociedade civil e agora será debatido pelas comissões técnicas da Câmara, que posteriormente o encaminharão para análise do Senado. De acordo com Menezes, o principal ponto da proposta é a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, que definirá os direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade em relação à alimentação adequada.

Ideli anuncia o Guia Alimentar

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou o lançamento do Guia Alimentar para a População Brasileira. A senadora ressaltou que o guia estabelece as diretrizes alimentares oficiais, os parâmetros a serem adotados e um estudo sobre as deficiências nutricionais e as doenças infecciosas provocadas por equívocos na alimentação. Ela afirmou que esta é a primeira vez que se implanta uma política pública oficial de orientação alimentar.

Supremo decide manter cassação de Capiberibe

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que presidia a sessão plenária da sexta-feira, leu o ofício do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, com a decisão daquele tribunal que confirma a cassação dos



João Capiberibe

mandatos do senador João Capiberibe (PSB-AP) e de sua esposa, a deputada Janete Capiberibe. O ofício será encaminhado à publicação.

Por maioria de votos, o STF manteve a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que casou o mandato do casal em abril de 2004, acolhendo denúncia de compra de votos. O STF julgou questão de ordem levantada a partir de pedido do PMDB para que a decisão do TSE fosse comunicada imediatamente. Foi arquivado, assim, o recurso extraordinário interposto pelo casal Capiberibe para invalidar o acórdão do TSE.

A Secretaria Geral da Mesa informou que o Senado aguardará a remessa da documentação do processo de cassação – a ser enviada pelo TRE do Amapá – para tomar as providências cabíveis, o que inclui, conforme prevê a Constituição

federal, a defesa de Capiberibe. Para o senador, a determinação do TSE afronta os eleitores do Amapá que lhes delegaram esses mandatos em 2002.

– Eu continuo no Senado, e Janete na Câmara, até as duas Casas declararem nossos cargos vagos e empossarem os derrotados em 2002 – afirmou.

Capiberibe comentou ainda a realização de ato em solidariedade ao casal no último dia 13, em Macapá. Cristovam Buarque (PDT-DF) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) participaram da manifestação, além dos governadores do Acre, Jorge Viana, e do Maranhão, José Reinaldo.

DESCULPAS - Lúcia Vânia (PSDB-GO) reclamou ter sido preterida por líderes partidários em seu direito de se pronunciar durante sessão solene em homenagem aos dias da Criança e do Professor, realizada na terça-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, desculpou-se pelo incidente, afirmando não ter tido a intenção de discriminá-la e que o "esquecimento" deveu-se ao fato de alguns parlamentares terem pedido prioridade porque em seguida iriam viajar.

HOMENAGEM - Papaléo Paes (PSDB-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) homenagearam os médicos de todo o país pela passagem do Dia do Médico, comemorado na terça-feira. Papaléo observou que o Senado tem seis médicos que se tornaram parlamentares pelo reconhecimento da população, em razão da função que exerciam. Já Flexa Ribeiro lembrou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, também médico.

ALCOBRÁS - Depois de quase 20 anos, finalmente a usina de álcool conhecida como Alcobrás, no município de Capixaba (AC), poderá entrar em funcionamento em 2008. Sibá Machado (PT-AC) informou que foi assinado na semana passada o protocolo de formação do consórcio empresarial para reativação da destilaria. A expectativa, disse o senador, é de que a destilaria gere 3 mil empregos e arrecade para o governo do Acre cerca de R\$ 17 milhões por ano em impostos.

MUNICÍPIOS - Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou o que chamou de "engessamento do orçamento das prefeituras brasileiras". O senador observou que os municípios contam com poucos recursos, o que dificulta a execução de obras. Ele argumentou que, se os valores do Fundo de Participação dos Municípios fossem maiores, seria possível fazer mais exigências aos executivos municipais. No entanto, disse, as prefeituras estão sendo sacrificadas.

ENSINO SUPERIOR - O anteprojeto do Ministério da Educação que altera a legislação relativa ao ensino superior foi condenado por Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele afirmou que a proposta "reúne um emaranhado de diretrizes e princípios desconexos, muitas vezes contraditórios". Para o senador, o anteprojeto "é parte de um contínuo processo de destruição de todas as reformas progressistas do ensino superior realizadas pelo governo anterior".

Voz do Leitor

PRECONCEITO RACIAL

Como poderemos exterminar o preconceito racial de nosso país se, além das atrocidades, das quais negros e índios foram vítimas na nossa história, presenciarmos ainda hoje a forma indigna com que os nordestinos e outros grupos são tratados, e que é mascarada pela hipocrisia? A cultura que se encontra implícita nos textos e imagens veiculados pelos meios de comunicação não contribui para o extermínio do preconceito. Não seria oportuno discutir a possibilidade de se fazer projeto de lei que obrigue jornais, revistas e TVs a trazerem, em fotografias, comerciais e programas, pelo menos dois modelos ou atores de raças distintas?
Cecel Garcia, de Santo André (SP)

QUEBRA DE DECORO

“Venho manifestar minha total insatisfação quanto à aposentadoria de parlamentares que renunciam ao mandato acusados de práticas ilícitas ou são cassados por falta de decoro parlamentar. Enquanto eles recebem aposentadoria integral, cerca de 11 milhões de aposentados têm que sobreviver com apenas um salário mínimo. Apóio o projeto de lei apresentado pelo senador Pedro Simon para acrescentar à Lei 9.506/97 a proibição da concessão de benefícios nesses casos (PL 329/05).”
Fernando Rodrigues, de Itapevi (SP)

VOTO FACULTATIVO

“Sendo o voto um direito do cidadão, não deveria ser uma imposição prevista constitucionalmente. O voto

facultativo é adotado pela maioria das democracias representativas consolidadas. A prática da democracia origina o amadurecimento dos cidadãos, que, ao participarem do processo político, desenvolvem a consciência política. Acredito que o elevado percentual de votos em branco ou nulos e de abstenções é fruto do desconforto do eleitor com a obrigatoriedade.”
Cláudio Roberto Fabião, de Pelotas (RS)

COTAS PARA DEFICIENTES

“Sugiro um projeto de lei para estabelecer cota mínima de 10% e máxima de 20% de vagas em concursos públicos aos portadores de deficiência em todos os âmbitos, uma vez que o percentual de 20% hoje só vale para concursos federais (Lei 8.112/90) e, na maioria dos concursos públicos realizados em outros âmbitos, o órgão competente define que apenas 5% das vagas são destinadas a portadores de deficiência. Precisamos acabar de vez com a discriminação.”
Claudionor Santana Macedo Filho, de Salvador (BA)

MULHER NA JUSTIÇA

“Senadora Heloísa Helena, o Brasil seria bem diferente se tivesse uma mulher no cargo de ministra da Justiça. Se eu pudesse, indicaria seu nome para o cargo.”
Eduardo Gonçalves Marques, de Santa Luzia (MG)

PRIORIDADE EM HOSPITAIS

“Solicito um projeto que priorize o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais nos hospitais públicos.”
Reginaldo Rodrigues da Silva, de Serrana (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

SERRA PELADA

Wilame Sousa Coelho, de Peritoró (MA)

“Senador Edison Lobão, solicito que vossa excelência me esclareça sobre o do movimento de Serra Pelada (PA). O que podemos esperar dele?”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Prezado Wilame, os garimpeiros de Serra Pelada já podem festejar de forma antecipada a grande vitória, alcançada após os últimos 20 anos de luta, que foi o processo de inclusão dos garimpeiros no quadro de sócios da Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomisgasp). Essa vitória deve-se ao trabalho realizado pelo Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada (Singasp) e que contou com meu total e irrestrito apoio. Em 2002, apresentei projeto de decreto legislativo, que, como presidente do Senado Federal, sancionei, transformando-o em lei, devolvendo 100 hectares do território de Serra Pelada aos garimpeiros. Em seguida, levei comigo ao Palácio do Planalto e ao Ministério de Minas e Energia os principais dirigentes do Singasp. Solicitamos que fosse formada uma comissão interministerial para estudar uma maneira de beneficiar os 43 mil garimpeiros, e fomos atendidos pelo governo federal. O processo de readequação se iniciou no fim do mês de maio, terminando em julho. Agora os direitos minerários estão assegurados e, o que é mais importante, sob controle da grande maioria dos garimpeiros. A luta agora é pela aprovação de uma medida provisória que estabelecerá o direito à aposentadoria do garimpeiro. Tenho certeza de que haveremos de comemorar essa vitória dos garimpeiros da maior mina de ouro do mundo ainda neste ano.



SECA NO NORDESTE

Francisco Reginaldo Paulino Júnior, de José da Penha (RN)

“Senador Garibaldi Alves, existe algum projeto capaz de sanar ou reduzir a seca no Nordeste?”

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) responde:

Caro Francisco, sua pergunta é muito bem formulada. Pois bem, na minha opinião, sem dúvida o projeto de transposição das águas do rio São Francisco vai proporcionar água para beber e água para irrigação, o que pode modificar a situação social e econômica dos municípios atingidos pela seca. Eu acredito que o governo federal, apesar dos problemas que vem enfrentando, não adiará mais esse projeto, que, aliás, foi retomado durante o governo Itamar Franco pelo nosso conterrâneo, o então ministro Aluizio Alves. No plano do Rio Grande do Norte, eu acho que a melhor alternativa é a construção de novas adutoras, com o aproveitamento das barragens como a de Santa Cruz (em Apodi), que poderiam levar água para a região do Alto Oeste do estado. Temos que lutar, Francisco, para encontrar opções de convivência com a seca.



Frases

“A lógica humana nos permite afirmar que o deputado José Dirceu tinha poderes para ser o autor intelectual de todo esse esquema ou, pelo menos, poderes suficientes para impedir que tais práticas prosperassem”

Júlio Delgado, relator do processo de cassação de José Dirceu no Conselho de Ética.

“Quero reafirmar que sou inocente. O voto tem uma parte ideológica que é retórica política de condenação da minha ação como ministro, mas não tem provas”

José Dirceu, ao desqualificar o relatório.

“O que está acontecendo no Brasil em termos de violência é um horror”

Renan Calheiros, que apresentou emenda à Constituição para vincular recursos do Orçamento para a segurança pública.

“Renuncie! O senhor não é obrigado a tolerar essas coisas! Que apego ao cargo é esse?”

Demostenes Torres, a Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, pelo descaso do governo em relação à febre aftosa.

“Delúbio não está sendo expulso do PT. O que está funcionando é uma *omertà* [lei do silêncio da máfia]. Escolheram Delúbio, com o consentimento dele, para bode expiatório”

Arthur Virgílio, ao comentar entrevista em que o ex-tesoureiro do PT afirma que em três anos as denúncias contra o PT serão piadas de salão.

“Enquanto o xerife corre atrás do mocinho, o bandido assalta o banco”

João Capiberibe, ao denunciar corrupção no Amapá, enquanto o STF confirma cassação de seu mandato de senador.

“Até a seca na Amazônia acontece neste governo. E Lula ainda quer saber de quem é a urucubaca. Ora, a urucubaca é dele, é dele que não sabe governar este país”

Antonio Carlos Magalhães, ao criticar a ausência de medidas do governo para amenizar o sofrimento das vítimas da seca na Amazônia.

Foto da Semana

Pessoas com deficiência descem a rampa do Congresso, na semana em que o Senado dedicou-se a valorizá-las. Música, teatro, dança, artes plásticas, literatura e debates sobre acessibilidade alçaram à condição de protagonistas aqueles que em geral sofrem com barreiras físicas e culturais para o exercício pleno da cidadania. Como fruto da iniciativa, pode ser acelerada a tramitação de cerca de 50 proposições que buscam garantir os direitos desses cidadãos



Rádio debate referendo

O programa *Conexão Senado* debate nesta segunda-feira, às 12h, na Rádio Senado, o resultado do referendo realizado no domingo, sobre a proibição da comercialização de armas. A consulta poderá produzir um novo cenário legal, principalmente para o cidadão comum, mas a vitória do “não” ou a do “sim” certamente não esgotará a discussão em torno da segurança pública, do controle da violência e do combate ao crime.

O *Conexão Senado* é transmitido ao vivo e aberto ao público, que pode questionar os convidados e fazer sugestões pelo telefone 061 3311-1261, pelo fax 3311-2777, ou pelo endereço eletrônico conexao@senado.gov.br.

Já a programação musical da rádio traz Claudete Soares, a chamada Princesinha do Baião, atração do *Música do Brasil*, que vai



ao ar no sábado, às 16h. O programa apresenta as canções *Somos Dois, Hoje, O Cravo Brigou com A Rosa, Acontece*, entre outras. Ainda no sábado, às 11h, o

Música Erudita e seus Mestres apresenta as quatro sinfonias de Brahms. Elas foram elaboradas ao longo de anos até serem concluídas, por conta do perfeccionismo do compositor, que deixava esboços parados por vários anos e voltava a eles muito tempo depois, para exercer um juízo implacável, isento da paixão momentânea da criação.

No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* entrevista a escritora, jornalista, publicitária e editora paulistana Márcia Denser, importante revelação da literatura brasileira na década de 70, com os contos de *Tango Fantasma*. Dois contos seus estão incluídos no livro *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século*, de Ítalo Moriconi.

Para mais informações sobre a programação da rádio, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Equipe da TV Senado recebe prêmio do Unicef

O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

concedeu menção especial à equipe do programa *Inclusão*, da TV Senado, pela matéria “Educação Inclusiva”, de uma série de reportagens sobre crianças com deficiência. A equipe, que receberá o Prêmio de Comunicação Iberoamericano pelos Direitos da Criança e do Adolescente, é composta pela jornalista Solange Calmon, o cinegrafista Pedro Olavo, o auxiliar Manuel Sobrinho e pelos editores de imagem Roberto Rangel e Luiz Saxe.

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
13h30 - Espaço Cultural
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A renegociação da dívida brasileira na Europa de 1900

ALEXANDRE GUIMARÃES

“O problema financeiro é, no geral consenso, o grande problema nacional”, afirmou Manuel Ferraz de Campos Sales, que assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1898. O ex-governador de São Paulo, eleito com mais de 90% dos votos válidos, tinha duas preocupações: a regularização do estado das finanças da jovem República brasileira e a estabilização política do país.

Após a Guerra do Paraguai, vários fatores geravam instabilidade e desconfiança interna e externa, como o movimento abolicionista, a queda da Monarquia, o desastre da política econômica de Rui Barbosa durante o governo Deodoro da Fonseca, as revoltas constantes no governo de Floriano Peixoto,

a tentativa de golpe do vice-presidente Manuel Vitorino contra Prudente de Moraes e a revolta de Canudos. O presidente recém-eleito decide então viajar à Europa.

O *Presidente Campos Sales na Europa*, volume 40 das Edições do Senado Federal, foi escrito pelo jornalista e historiador Tobias do Rego Monteiro, que acompanhou Campos Sales como enviado especial do *Jornal do Comércio*.

Da viagem, dois foram os resultados. O primeiro foi o *funding loan* – acordo pelo qual foram suspensos os juros da dívida externa brasileira. Em contrapartida, o Brasil contrairia novo empréstimo de 10 milhões de libras, com condições especiais e prazo de 63 anos para o pagamento. O segundo foi a tentativa de reorganizar as finanças brasileiras, chefiada pelo ministro Joaquim Murinho. Corte nos gastos públicos, aumento de impostos, desvalorização do câmbio, restrição do crédito e “enxugamento monetário” resultaram em desemprego e recessão, além de “apitaços” e vaia do povo, quando de sua saída do governo em 1892.

O texto de Tobias Monteiro explica toda a situação da época e as boas intenções de Campos Sales, que, como tantos outros governantes, conseguiu mais aprofundar o abismo das classes sociais brasileiras do que acertar as finanças do país.



Presidente Campos Sales

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *O Presidente Campos Sales na Europa*, com 216 páginas, é o 40º volume publicado pelas Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 20 no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Prêmio Bertha Lutz recebe inscrições

Instituído em 2001, o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz homenageia mulheres que têm importante papel na luta pela democracia no Brasil e que, em especial, contribuíram para a defesa dos direitos da mulher.

Pode fazer as indicações de nomes a serem agraciados com o diploma toda entidade governamental ou não-governamental de âmbito nacional.

A indicação da candidata deve ser encaminhada à Mesa do Se-

nado Federal, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e de justificativa.

Para a edição 2006 do prêmio, as inscrições foram prorrogadas e agora podem ser feitas até o dia 1º de dezembro.

O diploma é conferido em sessão do Senado especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher, em março.

Todos os anos são premiadas cinco mulheres de diferentes

áreas de atuação.

Em 2005 foram escolhidas a escritora e jornalista Palmerinda Donato; a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes; a fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança Zilda Arns; a gari Rozeli da Silva; e a integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Clara Charf.

O conselho responsável pela premiação, composto por nove senadores, é presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Elevador especial é inaugurado no Prodasen

As atividades da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência terminaram na sexta-feira com a inauguração de um elevador especial na Sub-Secretaria de Atendimento à Infra-Estrutura de Informática da Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Segundo o diretor do órgão,

Carlos Alberto Belesa de Souza, a iniciativa da instalação do equipamento surgiu pela observação das dificuldades que enfrentava todos os dias um servidor com deficiência física para subir as escadas que davam acesso ao local de trabalho.

Edilamar Carvalho, gestora de

contratos do Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência (ICP Cultural), entidade voltada para a inclusão do deficiente no mercado de trabalho, aprovou o novo elevador.

– É fácil, muito prático, bem útil. Fizemos um excelente trabalho, que vai nos garantir mais acessibilidade – disse.

Verônica Calheiros, esposa do presidente do Senado, Renan Calheiros, e idealizadora da Semana de Valorização, acredita que o evento atingiu seus objetivos, mas enfatizou que as iniciativas não vão terminar. Ela quer que a Semana entre para o calendário da Casa. Além disso, pretende levar aos estados as atividades realizadas em Brasília.

– Vamos levantar essa bandeira e levar a outros órgãos e instituições o exemplo do Senado. A grande lição é que todos somos iguais e podemos superar nossas limitações – declarou.



No Prodasen, elevador especial garante acesso ao trabalho: inauguração fecha semana dedicada a pessoas com deficiência

Conheça o Senado



Em 2001, Tuma (E) ouve Vicente Pedrosa, envolvido em denúncia que atingia o então senador Jader Barbalho

Senado tem corregedoria desde 1993

Realizar sindicância acerca de denúncias de atos ilícitos no Senado envolvendo parlamentares é uma das principais atividades da Corregedoria Parlamentar, criada em 1993.

Nos casos de delitos cometidos por senadores no âmbito dos edifícios da Casa, o corregedor, ou um dos três corregedores substitutos que o titular designar, deverá presidir o inquérito instaurado para apurar os fatos, sendo observados o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal.

O corregedor pode ainda solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados

ou requisitar a colaboração de servidores na realização da sindicância. Concluído o inquérito, ele deverá ser enviado às autoridades competentes.

A corregedoria também é responsável por promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Casa. O órgão deve ainda fazer cumprir as determinações da Mesa, referentes à segurança interna e externa do Senado.

Desde a primeira eleição, em março de 1995, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) mantém-se como o corregedor do Senado. Entre as atividades atuais, a corregedoria investiga denúncias de ameaças

sofridas por parlamentares das CPIs em funcionamento.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), por exemplo, pediu ao corregedor que solicitasse à Polícia Federal o monitoramento de todas as suas ligações telefônicas para garantir sua segurança e de sua família. Ela alega ter sofrido ameaças por sua atuação na CPI dos Correios.

Também será investigado fato relatado pelo presidente da mesma comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele denunciou a tentativa de um parlamentar de impedir a citação de determinado nome nas apurações feitas pela CPI.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Alimentos *diet* e *light*: mitos e verdades

Neste mês em que são comemorados o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) e a Semana da Alimentação (16 a 22), o *Especial Cidadania* trata de produtos *diet* e *light*, cada vez mais consumidos pelos brasileiros.

Pesquisa divulgada pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Dietéticos, para Fins Especiais e Suplementos Alimentares (Abiadsa) e pelo Instituto Brasileiro de Educação para o Consumo de Alimentos e Congêneres (IBCA) mostra que esses produtos são consumidos em cerca de 35% dos domicílios do país. Em dez anos, os negócios com alimentos *diet* e *light* cresceram 800% no país. Apesar

disso, a Abiadsa revela que há grande desconhecimento sobre os produtos. Apenas 8% dos entrevistados acertaram o conceito de *diet* e ninguém o de *light*.

É equivocada a idéia de que os produtos *diet* são apenas aqueles sem açúcar, e os *light* os que têm menos calorias. E há muitas dúvidas sobre os benefícios de cada um. Diabéticos, hipertensos, pessoas com nível de colesterol alto ou com excesso de peso podem consumir o mesmo alimento ou bebida *diet* ou *light*? Nem sempre, e por isso é importante conversar com um médico ou um nutricionista sobre a dieta ideal para cada finalidade.

Nesta edição, conheça a diferença entre *light* e *diet*.

Informações nutricionais em rótulos e embalagens

O regulamento técnico referente à informação nutricional complementar foi estabelecido pela Portaria 27/98 do Ministério da Saúde. A informação nutricional complementar é qualquer representação que afirme ou sugira que um alimento possui uma ou mais propriedades nutricionais particulares quanto ao valor energético e ao conteúdo de proteínas, gorduras, carboidratos, fibras, vitaminas e minerais.

A orientação não pode estar formulada de maneira que leve a erro ou engano do consumidor. Informações como "Isento de açúcar", "Sem sódio" ou "Teor reduzido de gorduras" precisam estar dispostas de forma clara.

Devem constar do rótulo dos alimentos *diet*:

▶ alerta para diabéticos quando contiverem glicose, frutose ou sacarose;

▶ quando houver adição de aspartame: "Contém fenilalanina";

▶ em todos: "Consumir preferencialmente sob orientação de nutricionista ou médico".

Declarações nos rótulos e embalagens de alimento sobre: CALORIAS

Baixo ou *light* – Máximo de 40 kcal/100g ou 20kcal/100ml.

Reduzido – No mínimo 25% de calorias a menos do que o

alimento de referência e diferença maior que 40kcal/100g ou 20kcal/100ml.

AÇÚCAR

Baixo ou *light* – Máximo de 5g de açúcar em 100g ou 100ml e máximo de 40kcal/100g ou 20kcal/100ml.

Sem adição de açúcar –

Quando não foram adicionados açúcares durante a produção ou a embalagem. Se o alimento não for baixo ou reduzido em calorias, usar a frase: "Este não é um alimento com valor energético reduzido".

GORDURAS TOTAIS

Baixo ou *light* – Máximo de 3g de gordura em 100g ou 1,5g de gordura em 100ml.

Reduzido – No mínimo 25% a menos de gordura do que o alimento de referência. A diferença deve ser maior que 3g de gordura em 100g ou 1,5g em 100ml.

GORDURAS SATURADAS

Baixo ou *light* – Máximo de 1,5g de gordura saturada em 100g ou 0,75g em 100ml. A energia fornecida por gordura deve ser no máximo 10% do valor energético.

Reduzido – No mínimo 25% a menos de colesterol que o alimento de referência. A diferença deve ser maior que 1,5g/100g ou 0,75g/100ml.

COLESTEROL

Baixo ou *light* – Máximo de 20mg de colesterol em 100g ou 10mg de colesterol em 100ml e máximo de 1,5g de gordura saturada em 100g ou 0,75g em 100ml. A energia fornecida por gordura saturada deve ser, no máximo, 10% do valor energético.

Reduzido – No mínimo 25% a menos de colesterol que o alimento de referência. A diferença deve ser maior que 20mg colesterol/100g ou 10mg de colesterol em 100ml.



FOTOS: PEDRO FORTES

Apesar do aumento nas vendas, a população desconhece as características dos alimentos *light* e *diet*

Diferenças nos produtos

Alimento *diet*

A Portaria 29/98 do Ministério da Saúde estabelece o regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de alimentos para fins especiais. O termo *diet* pode ser usado:

1. nos alimentos para dietas com restrição de nutrientes (carboidratos, gorduras, proteínas, sódio, e em geral são próprios para públicos específicos, como diabéticos, celíacos ou hipertensos);

2. nos alimentos para dietas com ingestão controlada de calorias (para manutenção, perda ou aumento de peso ou controle de açúcares).

Os alimentos para dietas controladas não podem ter a adição de nutriente, mas podem contê-lo naturalmente. Por exemplo, em uma geléia de frutas *diet*, para quem faz uma dieta com ingestão controlada de açúcar,

é permitida a existência do açúcar natural do alimento, a frutose.

Os alimentos restritos em carboidratos (como pão ou chocolate *diet*) ou gorduras (iogurte desnatado, por exemplo) podem conter, no máximo, a adição de 0,5g do nutriente por 100g do produto. Já os alimentos restritos em proteínas devem ser totalmente isentos. Sendo assim, pode-se definir alimento *diet* como o produto isento ou praticamente isento de um nutriente específico.

Alimento *light*

A definição de alimento *light* deve ser empregada nos produtos que apresentem redução mínima de 25% em determinado nutriente ou em calorias, se comparado com o alimento convencional.

Para que ocorra a redução de

calorias é necessário que haja a diminuição no teor de algum nutriente energético (carboidrato, gordura ou proteína). Assim, a redução de um nutriente não energético (por exemplo, de sódio no sal *light*) não interfere na quantidade de calorias do alimento.

Bebidas

De acordo com a Instrução Normativa 29/99 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bebida dietética (*diet*) é a que possui teor de açúcar menor que 0,5g/100ml, mas esse limite pode ser maior nos refrigerantes dietéticos quando proveniente da adição de suco de fruta. Já bebida de baixa caloria (*light*) é aquela cujo conteúdo de açúcares é substituído por edulcorante natural ou artificial e cujo teor calórico não ultrapassa 20kcal/100ml.

Dicas para o consumo de alimentos modificados

▶ Para evitar confusão, é importante ler os rótulos dos produtos *light* e *diet* e compará-los com o alimento convencional, para verificar se eles atendem às necessidades e objetivos de quem vai consumi-los.

▶ O produto *diet* que não contém açúcar ou gordura pode ter grande quantidade de carboidrato na sua composição. Os pães *diet*, por exemplo, contêm farinha, rica em carboidrato.

▶ Nem todos os alimentos *diet* apresentam diminuição significativa na quantidade de calorias. Isso vai depender do nutriente que foi retirado e do que o substituiu. Por exemplo, o chocolate *diet* pode ser consumido por quem tem intolerância

ou restrição ao açúcar, como os diabéticos, mas para emagrecer não é indicado, pois pode ter quantidade de gordura igual ou maior do que o convencional.

▶ Na composição de uma alimentação balanceada para as pessoas que desejam emagrecer, os alimentos *diet* e *light* podem ser usados em substituição aos mesmos alimentos na versão convencional. Não se deve aumentar a quantidade consumida de um alimento pelo fato de ele ser *light*.

▶ O mais importante para emagrecer com saúde é ter alimentação equilibrada, que combine diferentes nutrientes e sem excessos.

▶ Alguns produtos, como

maionese e queijos amarelos, mesmo com a quantidade de gordura reduzida, continuam sendo muito gordurosos. No caso dos queijos, é melhor trocar amarelos por brancos do que escolher uma versão *light*.

▶ O sal *light* salga menos e muita gente acaba usando-o em maior quantidade que o convencional. Mesmo assim, preferir a versão *light* pode ser vantajoso, pois o potássio usado para substituir parte do sódio pode atuar como redutor da pressão arterial.

▶ Nem todos os alimentos *light* e *diet* são recomendáveis para os cardíacos. Alguns têm muita gordura saturada, sal e gordura trans.



É importante verificar as informações nutricionais contidas nas embalagens

Informações

Ministério da Saúde
Tel.: (61) 315-2425
Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br

Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/alimentacao

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa
Tel.: (61) 3448-1000
www.anvisa.gov.br

Associação Brasileira para o

Estudo da Obesidade (Abeso)
Tel.: (11) 3079-2298
www.abeso.org.br

Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)
Tel.: (11) 3846-0729
www.diabetes.org.br

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Tel.: (61) 225 6027
www.cfn.org.br

Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia

(SBEM)
Tel.: (48) 231 0336
www.endocrino.org.br

Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Dietéticos, para fins especiais e suplementos alimentares - Abiad
Tel.: (11) 3285-5410
www.abiad.org.br
Cartilha *light* e *diet*:
www.abiad.org.br/pdf/cartilha.pdf

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.com.br